



Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE MAIO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PÉSSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DULÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kietse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dulílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 49.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 MAIO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Srs. Deputados Ernani Pudell e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dialma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Rossoni (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, João Preis, Neivo Beraldin e Toti Colação (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S A ' O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a
proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

SUPLENTE

ANEXO I

F1 Q1

C. 1 1 200.00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FL	L	VALOR	IN DO IPRC ICOP
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO					
3906	DEPARTAMENTO OPERACIONAL DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO					
2701	MANEJO INTEGRADO DE SOLOS E AGUA	3132.08	00	L	40.000.000	0254
TOTAL					40.000.000	

CANCELAMENTO

ANEXO II

Fl. 01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA		L	VALOR	IN. DO PROC. COD
		DA	FT			
		DESPESA		R		
4300	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES					
4302	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS					
1026	PROGRAMA PARANA-RURAL/BIRD - DER	3211.03	00	R	40.000.000	0254
TOTAL					40.000.000	

CANCELAMENTO

ANEXO III

Fl. 02

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA		L	VALOR	IN. DO PROC. COD
		DA	FT			
		DESPESA		R		
4400	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS					
4490	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER					
1020	ADEQUACAO DE ESTRADAS MUNICIPAIS - PARANA-RURAL/BIRD	3132.08	00	R	40.000.000	0254
TOTAL					40.000.000	

REDUCAO
DA RECEITA

ANEXO IV

Fl. 01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER		
1712.49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	40.000.000

Curitiba, 19.05.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 19.350.000.000,00 (dezenove bilhões, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando a implantação e exploração da mina de calcário dolomítico, no Município de Guapirama.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado dos Transportes.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Curitiba, quarta, em 26.05.93

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 19.350.000.000,00 (dezenove bilhões, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), conforme Anexos I e III desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	I
				CRS 1.000,00	I
I	I	INATUREZA	IL I		IN. DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IFROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICUP I
I 3900	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I I
I	I AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 3902	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
I 2666	I PROGRAMA A CARGO DA CODAPAR	I 3212.03	I 00 I I I	3.300.000	I 0321 I
I	I	I 4140.00	I 00 I I I	16.050.000	I 0321 I
T O T A L				I 19.350.000	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	I
				CRS 1.000,00	I
I	I	INATUREZA	IL I		IN. DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IFROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 4300	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I I
I	I TRANSPORTES	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 4302	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
I 1026	I PROGRAMA PARANA-RURAL/BIRD - DER	I 3211.03	I 00 I R I	19.350.000	I 0321 I
T O T A L				I 19.350.000	I

SUPLEMENTACAO		ANEXO III			FL. 02	
					CRS 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		IPROCI
I	I					ICOP I
4000	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I		I I I		I I
	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	I		I I I		I I
	IENTIDADES VINCULADAS	I		I I I		I I
	I	I		I I I		I I
4081	ICOMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO	I		I I I		I I
	IAGROPECUARIO DO PARANA - CODAPAR	I		I I I		I I
2884	IARMAZENAGEM, FOMENTO, MECANIZACAO	I		I I I		I I
	IE APOIO A PROGRAMAS ESPECIAIS DA	I		I I I		I I
	IPRODUCAO AGROPECUARIA - CODAPAR	I	3120.00	I00ILI	3.300.000	I0321I
	I	I	4110.00	I00ILI	5.700.000	I0321I
	I	I	4120.00	I00ILI	10.350.000	I0321I
		T O T A L			19.350.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO IV			FL. 02	
					CRS 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		IPROCI
I	I					ICOP I
4400	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I		I I I		I I
	ITRANSPORTES - ENTIDADES	I		I I I		I I
	IVINCULADAS	I		I I I		I I
	I	I		I I I		I I
4490	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I		I I I		I I
	IRODAGEM - DER	I		I I I		I I
1020	IADQUACAO DE ESTRADAS HUNICIPAIS	I		I I I		I I
	I- PARANA-RURAL/BIRD	I	3132.08	I00IRI	19.350.000	I0321I
		T O T A L			19.350.000	I

ACRESCIMO		ANEXO V			FL. 01	
DA RECEITA					CRS 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I FT I		VALOR		
	ICOMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO					
	DO PARANA - CODAPAR					
1712 49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado		00	3.300.000		
12521 49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado		00	16.050.000		

REDUÇAO
DA RECEITA

ANEXO VI

FL. 01
Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER			
1712.49 00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	19.350.000

MENSAGEM N° 018/93

Curitiba, 20.05.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 63.720.000.000,00 (sessenta e três bilhões, setecentos e vinte milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender à ampliação das metas físicas em 60 mil ovelhas e os recursos equivalentes à aquisição de 90 mil ovelhas.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.

Certo de poder contar com a atenção

dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 63.720.000.000,00 (sessenta e três bilhões, setecentos e vinte milhões de cruzeiros), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL I FT III I RI	VALOR	IN. DO I I PROCI ICOP I
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I I		I I
3907	DEPARTAMENTO DE PECUARIA	I	I I I I		I I
2707	FUNDO A PRODUCAO ANIMAL	I	3102.00 I 00 I I I	63.720.000	I 0252 I
T O T A L				63.720.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL I FT III I RI	VALOR	IN. DO I I PROCI ICOP I
1700	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I	I I I I		I I
1701	PROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS E MULTISETORIAIS	I	I I I I		I I
1045	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - FDE - ATIVIDADES PRODUTIVAS	I	I I I I		I I
		I	4130.00 I 00 I I I	63.720.000	I 0252 I
T O T A L				63.720.000	I

Senhor Presidente.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes do superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da entidade, no exercício de 1992.

Certo de poder contar com a atenção
dessa egrégia Assembléa, reitero a V.Exa.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 13.621.187.000,00 (treze bilhões, seiscentos e vinte e um milhões, cento e oitenta e sete mil cruzeiros), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da Superintendência Estadual do Esporte e do Turismo - SETUR, no exercício de 1992.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		ANEXO		FL. 01	CRS 1.000,00
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP
4800	ISECRETARIO ESPECIAL DO ESPORTE E	I	I I I		I I
	ITURISMO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
	I	I	I I I		I I
4898	ISUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO	I	I I I		I I
	IESPORTE E DO TURISMO - SETUR	I	I I I		I I
2746	IADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DA	I	I I I		I I
	IPOLITICA DE ESPORTE E TURISMO	I	3111.02I50ILI	80.000	I4153I
	I	I	3131.00I50ILI	50.000	I4153I
	I	I	4120.00I50ILI	1.385.000	I4153I
	I	I	4261.00I50ILI	15.000	I4153I
2747	IAP0IO AO DESENVOLVIMENTO DO	I	I I I		I I
	IESPORTE AMADOR E COMPETICOES	I	I I I		I I
	IESPORTIVAS	I	3111.02I50ILI	200.000	I4153I
	I	I	3120.00I50ILI	200.000	I4153I
	I	I	3132.08I50ILI	253.982	I4153I
	I	I	3223.02I50ILI	190.000	I4153I
	I	I	4130.00I50ILI	6.547.205	I4153I
2748	IPROMOCAO E DESENVOLVIMENTO DO	I	I I I		I I
	ITURISMO NO PARANA	I	3111.02I50ILI	240.000	I4153I
	I	I	3111.02I81ILI	100.000	I4153I
	I	I	3131.00I50ILI	80.000	I4153I
	I	I	3131.00I81ILI	30.000	I4153I
	I	I	3132.08I50ILI	150.000	I4153I
	I	I	3132.08I81ILI	100.000	I4153I
	I	I	4130.00I50ILI	4.000.000	I4153I
		T O T A L		13.621.187	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO II	FL. 01	
		ANEXO	Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO ESPORTE E DO TURISMO - SETUR			
1990.0550	Saldo de exercicios anteriores - diretamente arrecadados.	50	13.391.187	
1990.0581	Saldo de exercicios anteriores - Convênios com Orgaos Federais.	81	230.000	
TOTAL			13.621.187	

Ofício:**OFÍCIO**

Sob os n.ºs. DTL/SAT/50 a 72/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

366/92: De autoria do Deputado OSWALDO TREVISAN que, declara de Utilidade Pública, a Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.291. **Anote-se. Arquite-se.**

026/93: De autoria do Deputado PAULO MAIA que, declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Idosos Dona França, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.290. **Anote-se. Arquite-se.**

089/93: De autoria do Deputado NELSON GARCIA que, declara de Utilidade Pública, a Entidade Serviço de Obras Sociais - S.O.S., com sede e foro no Município de Altônia, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.289. **Anote-se. Arquite-se.**

036/93: De autoria do Deputado OVÍDIO CONSTANTINO que, declara de Utilidade Pública a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro Oeste do Paraná - RURECO, com sede na Cidade de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.288. **Anote-se. Arquite-se.**

433/92: De autoria do Deputado ANTÔNIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a Associação Antoniana dos Idosos de São Pedro do Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.287. **Anote-se. Arquite-se.**

399/92: De autoria do Deputado VALDIR ROS-

SONI que, declara de Utilidade Pública a Creche Sagrada Família, com sede e foro em União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.286. **Anote-se. Arquite-se.**

087/93: De autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Advogado e Professor Doutor MILTON LUIZ PEREIRA, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.285. **Anote-se. Arquite-se.**

431/92: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY que, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná para ÉRICO DA SILVA, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.284. **Anote-se. Arquite-se.**

078/93: De autoria dos Deputados JOAO IENSEN e ORLANDO PESSUTI que, concedem o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pastor ELIAS ALVES MOREIRA, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.283. **Anote-se. Arquite-se.**

098/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI que, declara de Utilidade Pública o Centro Promocional e Creche Aracy Soares Santos, no Município de Londrina - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.282. **Anote-se. Arquite-se.**

084/93: De autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO que, confere o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao advogado e jornalista EMIR SFAIR, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.281. **Anote-se. Arquite-se.**

034/93: De autoria do Deputado DUILIO GENARI que, declara de Utilidade Pública o Centro Assistencial da Diocese de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o n.º 10.280. **Anote-se. Arquite-se.**

016/93: De autoria do Deputado ARLINDO TROIAN que, declara de Utilidade Pública a União de Profissionais para Atendimento do Excepcional, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.279. **Anote-se. Arquite-se.**

071/93: De autoria da Deputada EMILIA BELINATI que, declara de Utilidade Pública o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - Paraná, com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.278. **Anote-se. Arquite-se.**

027/93: De autoria do Deputado PAULO MAIA que declara de Utilidade Pública o Clube das Acácias Unidas, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.277. **Anote-se. Arquite-se.**

070/93: De autoria do Deputado PAULO MAIA que, declara de Utilidade Pública o Grupo Fraternidade Espírita Irmão Bezerra de Menezes, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.276. **Anote-se. Arquite-se.**

067/93: Do PODER EXECUTIVO que, transforma um cargo de provimento em comissão de denominação Chefe de Núcleo Regional, Simbologia 1-C para Assessor, Simbologia 1-C, na estrutura da SETA, o qual convertido em Lei o n° 10.275. **Anote-se. Arquite-se.**

049/93: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO que, declara de Utilidade Pública a Creche "São Francisco de Assis de São Tomé", com sede e foro no Município de São Tomé - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.274. **Anote-se. Arquite-se.**

069/93: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA que, declara de Utilidade Pública a "Associação de Desenvolvimento Comunitário Paredense - ASDECOPA", com sede e foro no Município de Altônia - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.273. **Anote-se. Arquite-se.**

032/93: De autoria do Deputado NELSON JUSTUS que, declara de Utilidade Pública a Creche Comunitária do Bairro de São João, com sede e foro no Município de Pato Branco o qual convertido em lei tomou o n° 10.292. **Anote-se. Arquite-se.**

076/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI que, declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Cândido de Abreu, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.293. **Anote-se. Arquite-se.**

099/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Moradores das Paineiras - ASBEMOPA, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.294. **Anote-se. Arquite-se.**

434/92: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Formosa do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.295. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o n° ATCC 3967/93, do Sr. MAURO ROCHA - Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Deputado ALGACI TÚLIO, pedindo esclarecimento sobre as obras da Escola Estadual Arlindo Amorim. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 3960/93, do Sr. MAURO ROCHA - Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Deputado CARLOS SIMÕES, pedindo informações e cópia da Lei que regulamenta o FUNRESPOL. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 3968/93, do Sr. MAURO ROCHA - Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Deputado NEREU MOURA, pedindo informações sobre situação funcional da Sra. ORTENILIA MARIA ZABOTT LAVARDA. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 3986/93, do Sr. MAURO ROCHA - Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Deputado MÁRIO BEZERRA GUIMARAES, pedindo informações sobre a Comissão de Investigação de Denúncias de Superfaturamento na Compra de helicópteros. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 1° - § 1°, Inciso II do art. 19 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

Art. 19 - ...

II - Consulta prévia, mediante plebiscito à população da área e de todo Município de origem, a ser incorporado, fundido ou desmembrado.

Art. 2° - A presente emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.93.

(a) EURIDES MOURA

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Júlio Bifon, Luiz Henrique Bona Turra, Nereu Alves de Moura, João Iensen, Geraldo Cartário, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, José Arthur Ritti, Oswaldo Trevisan, Alceu Swarowski, Severino Félix, José Alves, Lourenço Fregonese, Nelson Garcia e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Conforme a Constituição Estadual art. 19, até o momento qualquer criação, incorporação, fusão e desmembramento de município, consulta-se somente a área que reivindica o plebiscito, deixando de consultar a(s) população(ões) do(s) município(s) de origem.

Esta proposta de emenda à Constituição vem requerer que seja consultado não somente a área mas também o Município de origem em plebiscito, para que sejam justas e claras as decisões doravante tomadas pelo plebiscito de toda a região envolvida no processo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência na Discussão e Votação do Projeto de Lei n° 196/93, constante na ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 26.05.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, Dispensa de Discussão e Votação da Redação Final aos projetos aprovados em 2.ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base nas disposições regimentais pertinentes, REQUER, após ouvido o Plenário, a realização de uma Sessão Extraordinária, logo após o encerramento da presente sessão, com a conseqüente dispensa do interstício, para apreciação dos Projetos de Lei n°s 195 e 196/93, que dizem respeito aos reajustes do pessoal do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 26.05.93.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N° 1446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em Maringá, no dia 25 próximo passado, do Sr. OSVALDO DE MORAIS CORREA. O extinto era casado com a Sra. Marilena Coelho Moraes Correa.

Sala das Sessões, em 26.05.93.

(a) JOSÉ ALVES

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 201/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a doar ao Município de Rolândia, para construção da sede do SINROL - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia, o terreno abaixo especificado:

- Uma área de terra medindo 812,72 m2, constante no lote urbano n° 16 (dezesseis) da quadra n° 69 (sessenta e nove) da planta geral da cidade de Rolândia, e com as seguintes divisas e confrontações: divide-se ao Norte com a data 3, numa largura de 4,76m, ao NE com as datas 1 e 2, numa extensão de 35,00m, ao SO com a Rua Santa Catarina, numa extensão de 21,83m, ao Sul com a Avenida Baía, numa faixa de 17,13m, e finalmente a Oeste, com a data 15, numa extensão de 39,35m, sem benfeitorias. Havido pelo Estado do Paraná em data de 07.03.55, através do registro n° 1933, fls. 145, do livro 3/B de Transcrição das Transmissões, do Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Rolândia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.93.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

O interesse do SINROL em obter sede própria, vem de um projeto para futuras atividades do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia, que necessita de espaço físico para desenvolver suas atividades, hoje contando somente com a assessoria jurídica trabalhista.

Com a doação do terreno, o Sindicato pretende instalar outros serviços que vão de encontro às necessidades dos seus associados, sendo o atendimento a nível de assistência social, futuros convênios com laboratórios de análises clínicas, atendi-

mentos odontológicos, serviço de barbearia, alguns dos futuros serviços que o Sindicato quer oferecer a seus associados.

Justifica-se pois o pedido do SINROL, rogando ao Governo do Estado do Paraná que proceda à doação solicitada, para que os servidores públicos do Município de Rolândia sejam melhor servidos e orientados segundo suas necessidades.

PROJETO DE LEI N° 202/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada RODOVIA PEDRO MERHY SELEME, o trecho da rodovia PR-151, entre o Município de São Mateus do Sul (PR), até a divisa com o Estado de Santa Catarina (Município de Três Barras).

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tomo a iniciativa de prestar uma homenagem a um homem que, mesmo estando no Estado de Santa Catarina, desenvolveu obras de integração com o Estado do Paraná.

Trata-se de Pedro Merhy Seleme (currículo anexo), Prefeito por duas vezes da cidade de Três Barras, Santa Catarina.

Em sua primeira gestão, construiu a ponte sobre o Rio Negro, que liga São Mateus do Sul (PR) a Três Barras (SC), integrando os dois Estados por mais uma rodovia, viabilizando ainda mais o progresso e o desenvolvimento da região Sul do Paraná.

Na segunda vez que esteve frente ao Executivo Municipal de Três Barras, asfaltou a rodovia que liga Três Barras à ponte sobre o Rio Negro e efetuou a pavimentação asfáltica do Aeroporto Municipal de Três Barras que serve freqüentemente a toda região Sul do Paraná, quer para o uso de autoridades, quer para o uso de empresários que estão investindo na região de São Mateus do Sul.

Tais obras traduzem o carinho, a visão empreendedora e a administração solidária ao Estado do Paraná e nada mais justo que prestar uma homenagem póstuma àquele que pensando na integração, soube dedicar o seu trabalho em prol do desenvolvimento regional.

PROJETO DE LEI N° 203/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Art. 1° da Lei Estadual n° 8510, de 30 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDU-

CANDOS, PAIS E EDUCADORES - ACEPE, com sede e foro nesta Capital".

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos ao Plenário da augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o presente plano de lei, objetivamos adequar a lei que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais, Menores e Educadores, em 1987, à nova denominação da entidade.

Conservadas as suas finalidades que embasaram o reconhecimento por meio da Lei n° 8510, por deliberação da sua Assembléia Geral, a entidade alterou sua denominação para Associação Comunitária de Educandos, Pais e Educadores - ACEPE, conforme ata datada de 13 de novembro de 1992, que segue apensa ao presente projeto, devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos do 1° Ofício desta Capital.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 204/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Projeto "Criança Esperança".

Art. 2° - Os Batalhões da Polícia Militar serão transformados em Escola Disciplina por um período de 2 (duas) horas dia.

Parágrafo Único - Nos locais onde não exista um Batalhão da Polícia Militar, a Escola Disciplina será locada em pátio de Escola Estadual ou Ginásio de Esportes.

Art. 3° - O presente projeto estende-se a todos os municípios do Estado do Paraná.

Art. 4° - A Escola-Disciplina terá a finalidade profícua de organizar atividades de lazer, hábitos de higiene, organização de trânsito, primeiros socorros, respeito às leis.

Art. 5° - Estas atividades serão ministradas por um Policial Militar devidamente credenciado e habilitado pelo Comando para desenvolver tais atividades.

Art. 6° - Os alunos da Escola Disciplina serão aproveitados para orientação no trânsito, auxílio na segurança dos recreios das escolas, auxílio em organizações de filas em entidades públicas.

Art. 7° - Toda e qualquer atividade desenvolvida será acompanhada pelo Policial Militar (instrutor).

Art. 8° - É obrigatório a complementação alimentar através de merenda balanceada.

Art. 9º - As crianças serão selecionadas e avaliadas segundo seus problemas comportamentais para que sejam readaptadas ao meio social.

Art. 10º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.93

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem a finalidade de selecionar crianças com problemas comportamentais para que as mesmas sejam readaptadas em seus hábitos e ao meio social.

Considerando que não existe criança problema, mas sim problema com a criança, entendemos que a discriminação da criança rebelde não existe, o que na realidade acontece é a falta de controle sobre as atividades da mesma.

Sendo assim, se elas forem disciplinadas por um técnico em disciplina, será útil à sociedade combatendo o que ela normalmente estaria fazendo, e certamente estaríamos devolvendo à sociedade crianças colaboradoras e com maiores perspectivas de futuro.

O Juizado de menores tem problemas para encaminhar crianças distúrbios comportamentais e este projeto vem auxiliar a família que não sabe mais o que fazer com suas crianças, também auxilia a sociedade e o estado no desenvolvimento de seus futuros cidadãos.

PROJETO DE LEI Nº 205/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Residencial Buriti", com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.93

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade associativa em questão presta relevantes serviços à comunidade que abrange, principalmente no que toca aos seus interesses coletivos. Merece, portanto, ser declarada de Utilidade Pública, para que possa fruir das prerrogativas decorrentes e aperfeiçoar, ainda mais suas atribuições sociais em benefício de um conjunto significativo de cidadãos.

PROJETO DE LEI Nº 206/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Matinhos, o

Imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na zona urbana daquela cidade, com as seguintes características: frente para a Avenida do Contorno, medindo 100,00 metros; para quem da Avenida do Contorno olha o imóvel na lateral direita mede 188,00 metros, divisando com uma rua projetada; na lateral esquerda mede 188,00 metros divisando com a área nº 132-A; nos fundos mede 100,00 metros divisando com a área 132-A, perfazendo desta forma a área total de 18,800 (dezoito mil e oitocentos) metros quadrados, objeto da matrícula nº 22.259 do Registro de Imóveis de Paranaquá-PR.

Art. 2º - O Imóvel, objeto da doação de que trata o artigo anterior, será exclusivamente utilizado para construção de um Centro de Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.93

(a) GERALDO CARTÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 207/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado rodovia João Rocha Ribeiro, o trecho da PR-364, que liga o Município de Altamira do Paraná à PR-239.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O líder nasce no seio de sua coletividade por suas posições e firmeza de caráter, por seus atos de prudência, por ações direcionadas ao progresso e, ainda, por sua capacidade de diálogo.

O Sr. João Rocha Ribeiro, possuía estes requisitos e qualidades, sendo padrão de homem público, através dos cargos e funções que desempenhou ao longo do tempo.

Participe ativo e solidário de todas as iniciativas de desenvolvimento de Altamira do Paraná, sempre na vanguarda com idéias progressistas e projetos viáveis, dentre as quais a luta pela emancipação e criação de Altamira do Paraná, ocorrida em 27 de março de 1980.

Seu nome não pode ficar esquecido das gerações futuras daquela comunidade e região, razão pela qual propomos o presente projeto, reconhecimento de seu profícuo trabalho ali desenvolvido.

PROJETO DE LEI Nº 208/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar a instalação de uma Delegacia Especial da Mulher, na sede do Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 26.05.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Desde sempre, mas, principalmente nos dias atuais é a mulher a maior vítima da violência urbana e rural.

Diariamente, pelos mais injustificados motivos, via meios de comunicação, estarcidos tomamos conhecimento da brutalidade que vitima a mulher.

Frágil, indefesa, temerária, despreparada, sofre fisicamente o impacto de desajuste social da realidade onde vive, da sociedade da qual é parte integrante e na qual desempenha sacrossanto papel.

Incompreendida, no limiar de suas angústias, torna-se vítima inocente da violência e da truculência do homem.

Nos casos em que, buscando força superior recorra à proteção das instituições legais, na busca de auxílio para denunciar a violência das quais são protagonistas indefesas, vêm-se obrigadas a recorrer a delegacias não especializadas e, portanto, despreparadas para o atendimento, sendo também aí, vítimas do constrangimento da exposição de seus dramas pessoais, à policiais do sexo masculino e, na grande maioria despreparados par tal mister.

Num País onde a Constituição preconiza que todos são iguais perante a Lei, mais do que legal é o aspecto humano que a implantação de delegacias especializadas no trato das violências contra a mulher, proporcionariam à mulher paranaense.

PROJETO DE LEI N° 209/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a determinar a criação e instalação de um Batalhão da Polícia Militar Feminina, na Cidade de Campo Mourão, sede da microrregião doze, do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Inestimáveis sob todos os aspectos do trabalho desenvolvido e prestado à população paranaense pelos policiais militares.

Responsável institucionalmente pelo policiamento ostensivo, voltado à preser-

vação da ordem pública, dia a dia comprova a relevância de seu papel social no seio das comunidades do Estado do Paraná.

Criada e desenvolvida na capital do Estado, a Polícia Militar Feminina, goza de excelente conceito e prestígio, principalmente, em decorrência da fidalguia com que trata o público consumidor dos seus serviços, que nunca deixou de reconhecer a importância de sua missão.

De bom alvitre portanto, que tal serviço possa vir a ser estendido a outras comunidades do Estado, razão pela qual apresentamos o presente plano de lei, que se aprovado por esta Assembléia e sancionado pelo Chefe do Poder Executivo, em muito contribuirá para a melhoria dos serviços da segurança pública no Município de Campo Mourão.

PROJETO DE LEI N° 210/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA CÂNDIDA, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Sociedade civil, sem fins lucrativos, congrega os moradores da Vila Cândida a um trabalho integrado de estímulo à solidariedade e ao espírito comunitário.

Fundada em 06 de outubro de 1985, desde aquela data realiza profícuo trabalho no seio de sua comunidade, consoante disposições estatutárias.

Reconhecê-la de Utilidade Pública, implica no entendimento efetivo de suas finalidades e de sua atuação no campo da beneficência e no estímulo à melhoria de condições e de atendimento às justas reivindicações de seus integrantes.

Enquadrada dentro das exigências legais, não há porque esta Casa não declará-la de Utilidade Pública estadual.

PROJETO DE LEI N° 211/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO AVELINO PIACENTINI - FAP, entidade privada sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Campo Mourão, PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Deputado Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Pioneiro, realizador, homem de larga visão empresarial e humana, preocupado com a cultura e envolvido com as causas de Campo Mourão, prestou trabalho solidário no desenvolvimento daquela cidade e municípios da Região.

Do seu exemplo, do seu espírito dinâmico e empreendedor, surgiu a necessidade de prestar-lhe justa homenagem, o que se consolidou através da criação da Fundação Avelino Piacentini, que tem por principal escopo dar continuidade ao seu trabalho e às suas realizações.

O estatuto da entidade, ao discorrer sobre suas finalidades, esclarece e dá corpo às ações daquele empreendedor, homenageando e personificando Avelino Piacentini, no que tinha de maior, seu amor àquela terra, à sua gente, manifestado através do incentivo que dava ao desenvolvimento sócio-cultural, à saúde e às ações da beneficência.

Atendendo aos requisitos da lei, o presente plano deve merecer o prestigiamiento aprovação desta colenda Casa.

"FUNDAÇÃO AVELINO PIACENTINI

Relatório de atividades desenvolvidas no exercício de 1992.

01. Palestras e ciclos de estudos direcionados à difusão dos direitos do homem e da natureza (integração homem/meio ambiente).

02. Palestras e debates tendo como tema o Meio Ambiente, sua contribuição para a qualidade de vida, desde que ecologicamente equilibrado.

03. Ciclo de debates enfocando e discutindo a necessidade do desenvolvimento do cidadão através de ações efetivas, fortalecedoras dos ideais de respeito mútuo e solidariedade.

04 - No campo da saúde pública, promoção de ações através de equipes, visando a orientação ao público consumidor, formas de manipulação e higiene alimentar (prevenção do cólera).

05. Ações relativas ao campo assistencial, enfocando aspectos e preocupações voltadas à proteção da família, da infância, adolescência e à velhice.

06. Doação de bens móveis (campanha de leitões), destinados ao Seminário São José de Campo Mourão.

07. Participação através de doação na campanha de obras para a ampliação da Santa Casa de Campo Mourão, doação de material de construção.

08. Eventos congregando ações culturais, esportivas e recreativas."

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho dois assuntos a serem ventilados nesta tribuna.

O primeiro, diz respeito a um discurso proferido pelo Líder do Governo nesta Casa na última terça-feira, onde ele tece alguns comentários depreciativos a esse Deputado e à nossa atuação nesta Casa.

No texto discursado pelo nobre Líder do Governo, ele faz uma referência a respeito das notícias veiculadas pela imprensa daquilo que a Oposição faz nesta Casa. Diz ele no corpo do texto: "Por tudo isso temos apenas observado, até então, qual a real intenção dos acusadores, e tenho chegado à conclusão que este é o único meio que encontraram para permanecer na mídia a custo zero, e assim mesmo nos veículos de comunicação que, por um motivo ou outro, estão contrários aos programas e atitudes de Governo do Estado do Paraná".

O Líder do Governo acha, no seu modo de ver, que todos os Deputados têm que fazer como o Governo, gastar milhões de dólares à imprensa para mostrar o que não faz. Ele não compreende o papel primordial da imprensa, que é divulgar aquilo que acontece nessa Casa, e quando alguém se utiliza da tribuna para falar alguma coisa à nível crítico daquilo que o Governo faz, ele acha que a imprensa não deve publicar, só deve publicar aquilo que o Governo está pagando, uma incoerência do nobre Líder do Governo, acusando a imprensa de não rezar na cartilha do Governo.

Noutro parágrafo ele cita: "Precisamos de uma vez por todas colocar - ele colocou aqui - "cobro" (desconheço essa palavra, entendo que ele quis colocar um basta) em palavras insanas proferidas nesse plenário à guisa de se defender uma idéia, uma postura, um ato impróprio da Administração Pública".

Não sei como ele vai colocar um basta nas palavras da Oposição. Ele pode até colocar um basta em determinados meios, mas não aqui nesta tribuna desta Assembléia, não existe maneira alguma, só Deus colocará um basta às críticas da Bancada da Oposição desta Assembléia.

Ele segue: "Portanto, iremos recusar tal requerimento... (ele se refere ao requerimento que pedi informações à COPEL sobre a compra de 400 relógios folheados a ouro no ano passado),... que está em apreciação hoje, assim como iremos recusar todos os demais requerimentos do Deputado Mário Bezerra, que veio com a mesma intenção de macular uma administração proba e honesta, como a de Requião. E por que afirmamos isso, Sr. Presidente e meus incólitos pares?"

E segue adiante, desta forma ainda se referindo à COPEL. A licitação em apreço já se encontra à disposição desta Casa, bem como da Comissão de Fiscalização, Comissão essa presidida pelo Deputado Mário Bezerra desde agosto/92, quase um ano, remetida que foi através da COPEL em simples ofício.

Como podemos perceber se a Comissão de Fiscalização não tem conhecimento dos documentos enviados, deixo entender um descaminho organizacional, que leva a conclusões precipitadas, injustas e demagógicas, diz ele.

Quero informar à Casa que não estou na presidência da Comissão de Fiscalização desde agosto do ano passado, estou nessa presidência há pouco mais de quinze dias, portanto, não administro aquela comissão.

Estamos tentando colocar as coisas no eixo, a nível técnico, a nível de pessoal, para que possamos corresponder às expectativas.

Ainda no parágrafo anterior, o líder do Governo dizia que o Governo Requião não pode ser maculado pelas palavras da Oposição.

Acho, meu nobre líder, o qual respeito e admiro pelo seu trabalho, de que a verdade está com a Oposição, porque enquanto o Governo se esconde, enquanto o governo não deixa aprovar as CPI's pedidas pela oposição, ele tem culpa no cartório, não é probo, tem que provar que é probo, estamos provando, aceitando as críticas da Oposição, aceitando a formação das CPI's. Pode-se até mudar o slogan do Governo, depois das atitudes tomadas pela liderança sua aqui nesta Casa.

Troquemos o slogan para "a mentira governa, a verdade não governa". Se governasse deixaria passar as CPI's, não se utilizaria dos resquícios da ditadura, travando-se as Comissões Parlamentares de Inquérito desta Casa. O recado vai para o governo.

Portanto, ao nobre Líder do Governo, retruco o seu pronunciamento, e peço-lhe para que se informe um pouco mais a respeito das Comissões Permanentes desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi da Procuradoria Geral do Estado, uma resposta a uma indagação nossa.

Diz o ofício remetido pelo chefe substituto da Casa Civil, Mauro Rocha, o seguinte:

"Em resposta à solicitação acima, formulada em requerimento pelo Deputado Mário Bezerra Guimarães, e encaminhada ao Senhor Chefe da Casa Civil, através de Vossa Excelência, cumpre-me passar às suas mãos a informação prestada pela Procuradoria Geral do Estado, conforme expediente anexo (Ofício nº 119/93, de 20.05.93)".

Recebido pela Casa no dia 22 ou 23, me parece, depois de passados mais de 30 dias do pedido de informações.

Em atenção ao Ofício nº 1190/93, da Assembléia Legislativa, e despacho proferido no protocolo 1.526.494-2, tenho a informar que não foi elaborado até o momento relatório decisivo por parte das autoridades que determinaram a instauração de sindicância para apurar as denúncias oferecidas pelo delegado Anibal Bassan Júnior.

Isto aqui, com referência ao escândalo do superfaturamento dos helicópteros, quase 600 mil dólares de prejuízo ao erário público, e segue: muito embora se possa informar, desde logo, que incorreu superfaturamento na aquisição de helicópteros por parte do Estado do Paraná, pela própria complexidade da matéria, ainda não foram completamente analisados os quesitos suplementares formulados à Comissão, para que pudesse ser enviado relatório final ao Sr. Governador do Estado.

É incrível, dá-se um veredito sem analisar as peças. Não elaborou relatório e deu um veredito livrando a cara do Governo.

É brincadeira! Brincadeira, Srs. Deputados!

Só para rememorar, deixem-me fazer uma leitura a respeito do escândalo dos helicópteros, publicado nos jornais: o jornal Indústria e Comércio do dia 6 de janeiro deste ano, traz a seguinte manchete. (Lê):

"AMPLIADO O PRAZO DE APURAÇÃO DE SUPERFATURAMENTO DOS HELICÓPTEROS
Comissão terá 15 dias para apreciar documentos da fábrica.

A comissão de sindicância, da Procuradoria Geral do Estado, que apura as denúncias de superfaturamento na compra de dois helicópteros, pelo governo do Paraná, terá mais quinze dias de prazo para entregar o relatório final. A prorrogação foi determinada anteontem pelo governador Roberto Requião de Mello e Silva que quer incluídos no processo novos documentos pedidos à fábrica dos helicópteros. O governador disse que não acredita nas denúncias de superfaturamento, mas admitiu que o Estado pode ter pago o imposto de importação de 5% já extinto, o que representaria um prejuízo de US\$ 86 mil.

A denúncia, feita no início de dezembro pelo delegado de polícia Civil Anibal Bassan, foi apresentada em forma de Ação Popular e apontava, além de diversas negligências operacionais, o preço superfaturado em US\$ 293.746 mil na compra de cada um dos dois helicópteros. A Ação continua dezenas de documentos nos quais foi baseada a denúncia e citava, inclusive, o

envolvimento do grupo Líder Táxi Aéreo, que forneceu os helicópteros, com o "Esquema PC". O prejuízo total somaria perto de US\$ 600 mil. No último dia 16 de dezembro foi iniciado o trabalho da comissão de sindicância na Procuradoria Geral do Estado, a pedido do governador.

De acordo com o Procurador Geral do Estado, Carlos Frederico Marés de Souza, a comissão recolheu cerca de vinte depoimentos e dezenas de documentos sobre a licitação, em um processo de aproximadamente 1.500 páginas.

O relatório final foi apresentado dentro do prazo ao governador que, no entanto, pediu novas buscas. Segundo Marés, a comissão já havia solicitado as tabelas de preços de peças e outros documentos da fábrica dos helicópteros Bell Jet Ranger III, instalada no Canadá e no Texas, estava em férias coletiva e atrasou no atendimento.

O governador pediu a inclusão desses documentos provenientes da fábrica no processo "para não deixar dúvidas ou tirar uma conclusão precipitada". Apesar dessa atitude, o governador afirmou que não acredita que tenham acontecido irregularidades na compra dos helicópteros. Contou que em sua visita ao Canadá, há alguns dias, esteve na fábrica Bell, em Montreal, e constatou que a indústria vende suas peças com os mesmos preços praticados em Curitiba. Ele se disse impressionado com a qualidade quase artesanal de fabricação, citando que a empresa produz por ano apenas 200 helicópteros. O governador ressaltou que considera importante que a Bell tenha apresentado, na ocasião da licitação, preços muito abaixo do segundo colocado. "Não importa o preço das peças em separado, o que importa é que economizamos bastante no preço em relação ao segundo colocado", argumentou.

DÚVIDA

Apesar de defender a idoneidade da operação de compra dos helicópteros, o governador Roberto Requião de Mello e Silva admite ter uma dúvida sobre a cobrança do imposto de importação. Na ocasião da licitação, ainda vigorava o imposto de 5% sobre a importação, taxa que foi incluída nos preços e cobrada pela Líder Táxi Aéreo, totalizando US\$ 86 mil. O governador quer averiguar se a empresa chegou a pagar o imposto antecipadamente, já que no momento da entrega dos helicópteros o imposto não existia mais.

O governador afirmou que o delegado Anibal Bassan deve ter feito a denúncia "por causa de uma briga entre a Polícia Civil e a Polícia Militar". A rixa existiria porque os helicópteros teriam ficado sob a operacionalização da Divisão de Voo do governo, que fica a cargo da Casa Mili-

tar."

Srs. Deputados, Sr. Presidente desta Assembléia, é brincadeira! O Relatório estava praticamente pronto no dia 6 deste ano, 6 de janeiro deste ano mas o Governador pediu para protelar o resultado do Relatório Final da Comissão instaurado por ele junto à Procuradoria Geral do Estado. E hoje nós pedimos esse Relatório, diz que não está pronto e nos manda uma correspondência de dois parágrafos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se o Governo protela é porque ele assume a responsabilidade no superfaturamento dos helicópteros. Se não tem medo manda para a Assembléia. Mas não. Nem o chefe da Casa Civil foi capaz de assinar a remessa do documento para a Assembléia. O seu substituto é que mandou essa remessa de documento.

É brincadeira! O Governo deu para a Comissão 15 dias. No dia 5 de janeiro para terminar o Relatório Final e nós já estamos ao final do mês de maio e até agora nada. Se protela é porque deve.

O Sr. Oswaldo Trevisan - V.Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte de V.Exa. nobre Deputado Mário Bezerra, e sempre com o costumeiro respeito vou participar deste aparte com V.Exa.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Gostaria que V.Exa. fosse breve porque meu prazo é sete minutos.

O Sr. Oswaldo Trevisan (Aparte) - Mas temos quatro ainda para conversar. Tenho notado, nobre Deputado, que nos últimos dias V.Exa. anda arrastando asa aqui nesta Assembléia. Vem trazendo todos os dias denúncias infundadas nesta Casa.

Vejo que ao iniciar o seu discurso V.Exa. disse que faria, que o faria em dois tópicos: um deles com respeito ao discurso que fez aqui o nobre Líder do Governo nestes dias e outro, certamente, é a questão dos helicópteros que V.Exa. está levantando. Com respeito ao discurso do Líder do Governo, V.Exa. se referiu aí a questão das CPI's. Por que é que não foi aprovada a sua CPI?

Nobre Deputado, eu queria lembrá-lo de que há um princípio de direito que diz o seguinte "dormientibus non succurrit jus". Quer dizer: o direito não socorre a quem dorme.

V.Exa., quando começou a falar desta CPI, só falou, falou, falou que iria propor uma CPI e não propôs. Enquanto isso, outros Deputados que tinham CPI para propor, propuseram. Quando V.Exa. chegou, chegou tarde. Não atendeu àquele princípio de direito: "dormientibus non succurrit

jus", o direito não socorre quem dorme. Quer dizer, não foi socorrido, por este princípio.

Segunda questão, nobre Deputado, há que se distinguir dois princípios de lógica: a ignorância e o erro. Ignorância é o desconhecimento dos fatos. Não diria que V.Exa. seja ignorante. Mas, diria que incorre em erro. E o erro é muito mais grave do que a ignorância. O erro é o conhecimento falso da verdade.

V.Exa. está incorrendo em erro, nesta Casa. Nós não podemos deixar que este Plenário seja induzido a este erro, por V.Exa. Então, na questão dos helicópteros - V.Exa. esteve muitas vezes nesta Tribuna - pedindo informações ao Governo. Mas, V.Exa. simplesmente perguntou: houve faturamento na compra dos helicópteros? A resposta teria que ser sim ou não. O Governo respondeu que não. Então, não parece que não está atendendo o pedido de informações de V.Exa. E não há razão para que V.Exa. continue fazendo um barulho em cima disso...

O SR. MÁRIO BEZERRA - Eu agradeço o aparte de V.Exa....

O Sr. Oswaldo Trevisan (Aparte) - Recomendo que V.Exa., quando quiser pedir uma informação, peça da maneira mais detalhada, que ela virá de maneira mais detalhada.

Como eu percebo que V.Exa. já encerrou meu aparte, agradeço e em outra oportunidade teremos mais considerações.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Eu agradeço o aparte de V.Exa.

Senhor Presidente, uso o horário do Bloco Independente, já que estamos em cima da hora.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Vou usar o Horário do Bloco Independente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Liderança do Bloco Independente não se manifestou a respeito, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Cedo o Horário do Bloco Independente, porque o debate está bom. Nós precisamos ouvir este debate. Até peço ao Deputado Mário Bezerra para que dê aparte ao nobre Deputado, para que ele possa fazer a defesa.

O SR. MÁRIO BEZERRA - O Deputado Trevisan já utilizou todos os argumentos para tentar me convencer. Gostaria de convencer o Deputado Trevisan. V.Exa. não conhece o

corpo do meu requerimento. Eu não perguntei ao Governo se houve ou não um superfaturamento. Solicitei da Casa Civil remessa do relatório completo pelo Governo do Estado, para apurar o caso. Não fiz pergunta ao Chefe da Casa Civil. Pedi a remessa do relatório, que está pronto desde janeiro.

Mas, o Governo protela, para que caia no esquecimento da população este escândalo, que deu um prejuízo de 600 mil dólares aos cofres do Estado. Se protela, é porque deve. Se não devesse, teria remetido à Casa. E não foi só o Deputado Mário Bezerra quem levantou a questão. Vários órgãos de comunicação questionaram o caso, inclusive com publicação de documentos. Documentos estes que os Deputados não tiveram acesso. Eu não tive acesso a estes documentos. Alguns documentos que compunham a Comissão de Licitação.

Esta licitação da compra de helicóptero, nunca foi à Comissão de Fiscalização da Assembléia, porque se tivesse ido, eu teria conhecimento. O Governo ignorou! Como ignora a remessa de licitação da maioria dos órgãos de Estado e Secretarias. Camufla, para que nós não tomemos conhecimento!

É uma denúncia embasada que eu faço aos Senhores. E estarei trazendo, no decorrer do período deste ano, porque estou tomando conta da situação da licitações do Governo do Estado.

Então, V.Exa. não pode usar da palavra para tentar me ridicularizar! Não. Eu quero ver documentos, para que o Governo seja um Governo de verdade, transparente, tem que trazer os documentos para a Assembléia. Coisa que não se faz.

Estou, acima de tudo, Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, cumprindo com o meu dever constitucional, para fiscalizar os atos do Governo.

Infelizmente essa Assembléia tem tido poucos direitos ou poucas prerrogativas. A maioria dos projetos foi elaborado pelos Srs. Deputados tanto do Governo, quanto da oposição, são todos vetados pelo Governo do Estado. Ele não respeita ninguém. Então, querem tirar dos Deputados de oposição a prerrogativa de fiscalizar. Está errado, feche-se a Assembléia, decreta-se o fechamento então, já que o Requião gosta de ser ditador, decreta-se lá pelo Palácio Iguazu que a Assembléia está fechando as suas portas, e que deixa de ser um Poder.

Já romperam com o Poder Judiciário, o Paraná está desamparado a nível de Judiciário pelas perdas do próprio Governador, ele quer e também deseja esse nosso fim. É um alerta que eu faço aos próprios Deputados que compõem a Bancada do Governo, que os respeito, tanto quanto os da Bancada de oposição. Que se atentem as suas prerrogativas, do que cercar o direito

dos Deputados de montar CPI, é um escândalo para o Poder Legislativo.

Nós estamos travando as nossas prerrogativas que já são muito pequenas, estou usando única e exclusivamente o meu direito, sou um Deputado de oposição, não ando atrás das migalhas do Governo do Estado, que não tem atendido os Prefeitos, e os Senhores sabem disso, poucos os prefeitos que são atendidos. Existia um movimento da bancada do governo contestando a atuação do Secretário de Ação Social que faz a política egoística para ele, pensando no voto de amanhã, o descontentamento é geral, deixem-me trabalhar, deixem-me trabalhar.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Especificamente com relação a S.Exa. o Secretário do Estado do Trabalho. Creio eu impertinente, houve aposição de assinatura, há pedido de informações de lavra do Deputado João Preis e signatário desse pedido de informações.

E isso, de modo nenhum, depõe contra autoridade política, ética do Secretário de Estado do Trabalho. É dever e poder do Legislativo requerer as informações, e é dever do Executivo prestar essas informações.

Especificamente com relação à compra dos helicópteros, quero adentrar ao pronunciamento de Vossa Excelência, a seguinte questão: não faço isso como procedimento regular nas atividades do meu gabinete parlamentar. Requeri ao Procurador Geral do Estado, por meio de ofício, inteiro teor do relatório, que tratava especificamente de eventuais irregularidades nessas compras. E isso há cerca de sessenta dias. O Procurador Geral do Estado, instado por mim três semanas após, informou que todos os pedidos dirigidos à Procuradoria Geral do Estado pelos Deputados, devem ser respondidos pelo Chefe da Casa Civil. Foi assim que não voltei mais a falar com o Chefe da Casa Civil, que há mais ou menos trinta ou quarenta dias, em conversa telefônica me informou que estava encaminhando este relatório à Assembleia Legislativa.

Quando procurado por mim após esse telefonema, informou que o Chefe da Casa Militar teria ficado incumbido de fazer a remessa ao meu gabinete, para que pudéssemos inclusive ter a instrução desse debate com as informações do Poder Executivo. E quando perguntado, por mim ao Chefe da Casa Militar, informou que não tinha sido incumbido desse envio ao meu Gabinete deste relatório. Voltei ao Chefe da Casa Civil, tratei da questão, como o fiz junto a Sua Excelência o Governador do Estado em recente viagem que fiz a São Paulo.

E creio, Deputado Mário Bezerra, que

estamos diante de uma situação que exige os esclarecimentos e o pedido por parte da Presidência da Assembleia Legislativa, no sentido de que haja o cumprimento, estou convencido, pelo debate que tive, mais especialmente com o Procurador Geral do Estado, como também com o Secretário de Comunicação Social que à época exercia a condição de Diretor Geral da Secretaria da Administração, de que não houve superfaturamento, mas não basta essa afirmação. É preciso que o Poder Executivo tenha essas condições, o Poder Executivo tem condições de esclarecer os seus atos, porque são atos probos, estou convencido disto, mas não basta a palavra. Creio que é do interesse do Poder Executivo, mais especialmente do Governador do Estado, prestar esses esclarecimentos à Assembleia Legislativa, para justamente não oportunizar explorações demagógicas em torno de atos do Poder Executivo.

Dessa forma, Deputado Mário Bezerra, houve extravio nessas informações houve desencontros, e isso precisa ter a reparação.

Vou pedir à Bancada do Governo, ao Líder, para que, politicamente, se dirija ao Chefe do Poder Executivo, para que esses desencontros não mais se repitam, em prejuízo da posição do Governo do Estado e das próprias funções constitucionais da Assembleia Legislativa.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Eu só gostaria de dizer a Vossa Excelência, que ninguém usa de demagogia nesta tribuna. Demagogia é do Governo, que faz uma coisa e pratica outra. E gostaria de contar com a colaboração de Vossa Excelência, assim como os demais pares da Bancada do Governo, para fazer aprovar o Pedido de Informações e não fazer o discurso e praticar outras ações.

Demagogia é feita pela Bancada do Governo. Aqui não tem demagogia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Graças a Deus, durante dois anos e meio de mandato, tudo que eu falei desta tribuna eu consegui provar e por isso mandei um aviso: sou um Deputado sério, trabalho sério, preocupo-me com o Estado do Paraná e estou cansado da cortina que envolve a clareza nesse Estado e nesse País.

Eu quero - antes de entrar no assunto - comunicar ao Deputado Orlando Pessuti, Presidente desta Casa, que recebi, às 13:33 horas, do Sindicato dos Empregados

Portuários do Estado do Paraná, uma correspondência encaminhada ao Deputado Orlando Pessuti, para que eu a lesse e depois a entregasse. (Lê):

"Ofício nº 022/93 - SINDEPAR

Paranaguá, 26 de Maio de 1993.

A/T DEPUTADO

LOURENÇO FREGONESE

Ilustríssimo Senhor

Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta

Senhor Presidente.

Levamos ao conhecimento de Vossa Senhoria, que esta Categoria reunida em Assembléia Geral realizada dia 24 do corrente, DECRETOU, Greve Geral, a partir da 07:00 horas, do dia 31 do fluente, inicialmente, pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas, e após avaliação, por tempo indeterminado, em razão dos seguintes motivos:

a) Que a APPA, deve aos Portuários valores residuais do reajuste salarial de 1992, objeto do Dissídio Coletivo, Deferido a nosso favor pelo TRT no Paraná, constantes de Ação de Cumprimento, em trâmite na Junta de Paranaguá, cujo valor total detectado tornou-se hoje Inegociável, em razão disso a Categoria após inúmeras reuniões, concedeu vantagens exuberantes ajustando seu crédito dentro das possibilidades financeiras de liquidação, mediante parcelamento em 03 (três) vezes, sem juros, dispensando a bimestralidade;

b) Que a APPA, deve também, aos Portuários, a partir de 01.06.93, Reajuste Salarial na ordem de 202,00%, referente as perdas acumuladas de junho/92 a Maio/93, baseado na inflação de 170,00%, em relação a Tarifa Portuária cobrada no mesmo período, num percentual acumulado de 1320.34%. Embora reconheçamos a boa vontade dos dirigentes da APPA, no transcorrer das negociações, lamentamos que a indecisão demonstrada para a formalização do Acordo antes mencionado, dependa de autorização suprema do Governador do Estado, inobstante a APPA, gozar de autonomia técnica, financeira e administrativa.

Chegamos ao momento crítico da negociação, onde se amontoa resíduo do reajuste anterior, com as perdas atuais, achando e reduzindo claramente o Poder aquisitivo do trabalhador, enquanto a APPA, dispõe de cerca de 250 bilhões de cruzeiros, aplicados no mercado financeiro, conquistando recórces com o sacrifício do Portuário.

Como se vê, o que seria inegociável hoje, se torna um assalto amanhã, sem saber quem seria o responsável civil e criminal por essa lesão, temos razão de sobra, esgotamos todas as tentativas de resolver a situação na base do diálogo, basta, simplesmente que prevaleça o bom

senso e tudo será resolvido, evitando a consumação da Greve, que não faz bem a ninguém, Trabalhador, Patrão e Usuários.

Sem mais com estima e apreço, subscrevemos,

Atenciosamente

(a) WILSON MORAES DA SILVA

Presidente"

Senhores Deputados, o que vem acontecendo com o Porto de Paranaguá é uma brincadeira. Por mais de 6 meses não toquei no assunto do porto de Paranaguá. Chega das mentiras, chega da desatenção, chega do lero-lero.

Eu gostaria Presidente Orlando Pessuti, o Senhor tem muito respeito entre os portuários. E desejaria muito que o líder do Governo se ativesse ao que se diz nesta tribuna e não só se preocupasse em bater papo enquanto um Deputado aqui fala.

Eu gostaria de dizer a todos vocês que o que eu falo eu provo. O Porto de Paranaguá é uma sucata completa. Se não fosse a Associação Comercial de Paranaguá o porto já tinha parado. Procurem os jornais. Há um ano atrás eu estive nesta tribuna e falei do problema do calado, ninguém me escutou. Os jornais estamparam que o capitão dos portos está diminuindo o calado. Por que não ouvem quem pelo menos se preocupa com as coisas do Estado do Paraná.

Uma outra coisa, deve-se à Prefeitura de Paranaguá Cr\$ 200 milhões de ISS. O Governo não admite calote mas pratica o calote. E eu gostaria que vocês fossem ao Porto de Paranaguá e verificassem de quem é o equipamento que lá está trabalhando, e por quanto se aluga aquele equipamento, a farsa que está lá montada. Por que no Porto de Paranaguá existem 11 impugnações no Tribunal de Contas com o Conselheiro João Feder? Por que tanta mentira? Mentira como essa que foi montada em Cornélio Procópio da demissão do Deliberador e, hoje nós vemos o seu primo colocado no DETRAN. Isso aconteceu em Paranaguá porque o Chiquito era superintendente. E quando ele saiu o seu próprio primo foi colocado como superintendente. Então não é uma questão de profissionalismo do DETRAN. É uma questão, não de carreira, e sim de carteira Senhores Deputados.

Então, a minha posição é a seguinte. Vamos parar com a pouca vergonha neste Estado, vamos mostrar a cara nesse Estado, porque eu não tenho vergonha, eu sei o que eu falo, eu não estou aqui para encobrir ninguém. Eu estou aqui para cumprir meu mandato com honra porque eu entrei de cabeça erguida e saio de cabeça erguida dessa Assembléia.

Eu espero que os Senhores, ao bel prazer, tenham algum cuidado porque nós estamos brincando com vidas humanas. O Porto de Paranaguá perdeu na Justiça. Perdeu ou-

tra na terça-feira referente ao redutor de 1991 no valor de Cr\$ 65 bilhões de cruzeiros. Se os Senhores forem transformar isso em dólares passa de 10 milhões de dólares a dívida do porto com os funcionários.

Deputado Orlando Pessuti, pelo respeito que eu tenho pela sua pessoa: pelo respeito que os portuários têm pela sua pessoa; pelo respeito que a população de Paranaguá tem por sua pessoa, não se deixe enganar e não se deixe levar pelas mentiras e pelas falcatuas que estão sendo feitas, naquele terminal!

Por favor, em nome dos portuários, em nome do povo do Paraná, chega de mentiras! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Pequeno Expediente, palavra com o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Orlando Pessuti, Senhores Deputados.

Há alguns dias atrás, nosso colega de Assembléia, Deputado João Preis, fez uma solicitação de informações ao Secretário de Trabalho e Ação Social, Deputado Durval Amaral.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Deputado Estadual, Durval Amaral, encaminhou a esta Assembléia Legislativa, os documentos, a todos os Parlamentares que compõem esta Casa de Leis, os documentos que se encontram em minhas mãos, fazendo o relatório de suas atividades, junto a Secretaria do Trabalho e Ação Social, mostrando a competência e o zelo com que vem tratando a coisa pública, relacionada àquela Pasta do Governo do Estado.

Como Deputado da Bancada governista e do PMDB, Partido do qual também é filiado o Dep. Durval Amaral, não poderia deixar de ocupar esta tribuna para tecer considerações com relação ao episódio, principalmente pelos seus desdobramentos, visto que antes mesmo que os nobres Pares tivessem acesso às respostas, um colega, numa atitude precipitada fez denúncias, de modo a ferir os mais elementares princípios democráticos, como o direito à ampla defesa consagrado pela Constituição Federal, que todos nós juramos respeitar e defender em qualquer circunstância.

A resposta que ora recebemos aborda todos os itens do pedido de informações e vão muito além, pois limitou-se o Deputado João Preis a pedir informações sobre a Secretaria do Trabalho e o Deputado Durval Amaral manda informações sobre sua vinculada, FASPAR. Nesta oportunidade, tomo a liberdade de fazê-la pública, relatando de modo resumido, tudo o que foi respondido:

1 - Existem Projetos em execução na Secre-

taria, prevendo a distribuição de recursos financeiros aos Municípios e a Entidades Assistenciais do Estado?

A Lei nº 10.195/92, Lei Orçamentária, aprovada nesta Casa, traz os Programas que estão sendo desenvolvidos pela SETA no corrente ano e a Lei nº 9.883/91 os executados no ano passado, quais sejam:

A) 1992

- PROJETO JUSTIÇA SOCIAL - Visava o repasse de recursos aos Municípios para atender Projetos nas áreas social, do trabalho e comunitária;
- PROJETO ESCOLA-OFICINA - Educação pelo trabalho;
- FUNDEC - Ação na área comunitária, para ser desenvolvido em conjunto com Entidades comunitárias: não houve assinatura de convênio, reativado após insistência da atual gestão junto a Órgãos Federais;
- COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE RELAÇÕES DO TRABALHO - repassados recursos para apoiar eventos do movimento sindical;
- COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Foram repassados recursos à entidades públicas e privadas para atendimento às crianças e adolescentes carentes em todo o Estado;
- COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO - Visando a formação profissional e apoio às escolas e centros de trabalho;
- COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - Apoio aos movimentos comunitários;
- AÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DE UNIDADES COMUNITÁRIAS E MUNICIPAIS - Visou apoiar as entidades públicas e privadas através de repasses de recursos orçamentários da FASPAR

B) 1993

- PROGRAMA "MEU IRMAO" - Em execução, tem como finalidade principal o atendimento à criança e adolescente carentes, infrator ou marginalizado socialmente através de um conjunto de ações de caráter preventivo - CAÇULA E APRENDIZ - e compensatório - IRMAO DO FUTURO. Além de auxiliar na manutenção da estrutura de atendimento a mais de 3.000 (três mil) crianças e adolescentes que se encontram sob a tutela do Estado e apoiar entidades governamentais e não governamentais;
- PROGRAMA DE ÁREA DO TRABALHO - Apoio a entidades, realização de cursos, formação sindical e profissional, fomentar a implantação de unidades de desenvolvimento do trabalho, bem como apoiar o movimento cipeiro e a conscientização do trabalhador sobre seus direitos;
- PROJETO DE ÁREA COMUNITÁRIA - Visam a organização e fomento dos movimentos populares;

- **AÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS** - Manutenção das 19 (dezenove) unidades sociais oficiais e repasses de recursos para apoiar as entidades públicas e privadas que desenvolvem ações compatíveis com a ação programática da SETA.

2 - Remeter, conforme o Art. 55 da Constituição do Estado, a documentação relativa aos Projetos.

Estão sendo remetidos todos os documentos solicitados, inclusive os Convênios e Aditivos firmados com as Prefeituras e Entidades Sociais do Estado para repasse de recursos.

3 - Quais os objetivos dos Projetos?

Visam desenvolver ações no âmbito da atuação da SETA, ou seja, o atendimento a crianças e adolescentes, apoiar o movimento popular e sindical, bem como a orientação e formação política dos trabalhadores, conforme já explicitado no item 1.

4/5 - Os projetos prevêm, além da distribuição de recursos financeiros, a distribuição de outros recursos? Quais?

A nova linha de ação programática não prevê a distribuição de recursos em espécie, de modo a fugir da antiga prática de cunho assistencial paternalista.

6 - Quando estes projetos começaram a ser operacionalizados?

A partir da conclusão do diagnóstico da situação sócio-econômica das regiões do Estado.

7 - Enviar relatório da aplicação, desenvolvimento e resultado dos Projetos referentes ao período compreendido entre 01/06/92 a 15/04/93, especificando:

7.1 - Municípios assistidos:

Constam do ANEXO 13.

7.2 - Entidades:

ANEXO 13.

7.3 - Valor e data dos repasses:

ANEXO 13.

7.4 - Frequência da distribuição dos recursos:

Depende da disponibilidade de recursos financeiros para atendimento aos programas, ou seja, estão sujeitos à disponibilidade de caixa do Tesouro Geral do Estado, bem como a liberação de capacidade de empenho pelas Secretarias do Planejamento e Fazenda.

7.5 - Montante dos recursos aplicados nos Projetos:

Os valores estão contidos nos Anexos com as respectivas datas, o que propiciará a atualização monetária a critério dos nobres Deputados.

7.6 - Quais os critérios considerados para a distribuição de recursos aos Municípios e às Entidades Assistenciais?

Hoje, dentro das novas diretrizes adotadas pela Secretaria, buscou-se estabelecer critérios essencialmente técnicos, através da elaboração em conjunto com o IPARDES, de um diagnóstico sócio-econômico de todo Estado, para definir as prioridades de modo a melhor aproveitar os recursos disponíveis, além da avaliação técnica realizada pelos Núcleos Regionais para averiguar "in loco" as reais necessidades dos Municípios e Entidades a serem beneficiadas.

7.7 - Através de quem são feitas as entregas desses recursos?

Os recursos são repassados às Prefeituras e Entidades mediante créditos bancários, em conta corrente específica, em nome do Convênio ou Programa a que se destina ou através de cheques entregues a lideranças ou autoridades do Município.

7.8 - Onde acontecem os estudos que determinam a aplicação desses recursos e qual a fiscalização que está sendo desenvolvida para acompanhar a aplicação devida dos benefícios distribuídos pela Secretaria?

A aplicação dos recursos é definida em conjunto com os Núcleos Regionais da SETA, em função das necessidades de cada região, tendo por base o diagnóstico supracitado, o qual foi desenvolvido em conjunto com técnicos do IPARDES. A fiscalização é feita em consonância com as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

7.9 - Qual o valor previsto para ser aplicado na execução dos Projetos e até quando esses Projetos deverão ser mantidos?

O valor previsto na execução dos Projetos, em princípio é o valor do saldo orçamentário das dotações consignadas no orçamento da SETA (ver anexos IX e X), desde que os recursos sejam liberados pelas Secretarias de Planejamento e Fazenda em função das disponibilidades do Tesouro do Estado.

Além desses recursos, existem possibilidades de se firmar convênios com o Governo Federal, uma vez que é considerável o número de projetos encaminhados àquela esfera.

Cabe salientar ainda, que, após repassados os recursos aos Municípios e Entidades particulares, a fiscalização de sua aplicação compete, nos termos do art. 75, inciso V, da Constituição Estadual, combinado com o art. 1º do Provimento 02/87 do Tribunal de Contas, e detectada qualquer irregularidade na destinação dos recursos, a exemplo do que ocorre nos diversos ór-

gãos, a Entidade ficará impedida de receber novos repasses.

Para finalizar, Senhores Deputados, gostaria de esclarecer-lhes que o Deputado Durval Amaral, em uma atitude digna do cargo que exerce, não só presta todas as informações solicitadas, como vai além, prestando informações sobre a FASPAR. Reuniu-se com diversos Conselheiros do Tribunal de Contas a fim de colocar sua Pasta à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, quando ouviu do Conselheiro Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas, que aquela Côrte está presente diuturnamente na Secretaria do Trabalho e Ação Social, através de sua 4.ª Inspeção de Controle Externo, que acompanha par e passo as atividades do Órgão.

Concluindo, nós, Deputados, pela relevância do cargo que exercemos, pela abrangência dos poderes que nos foram atribuídos pela Constituição Estadual, em fiscalizar o Poder Executivo, temos que fazê-lo com a mais absoluta imparcialidade, de modo a não nos deixarmos ser levados por disputas eleitorais entre colegas, pois é do conhecimento de todos nesta Casa, o fato do Deputado Durval Amaral, apesar de não ter domicílio eleitoral em Maringá, ter base política em 19 (dezenove) dos 29 (vinte e nove) Municípios que compõem a Microrregião de Maringá, ferindo interesses do nobre Deputado João Preis.

E além do mais, Senhor Presidente, todos os itens abordados naquele Pedido de Informações, foram prontamente respondidos pelo nobre Deputado Durval Amaral, aliás que conheço há longos anos, desde o movimento estudantil, quando juntos trilhávamos os caminhos do Paraná defendendo ideais de termos a educação de nosso Estado com condições de ensino melhor.

Mais tarde o Deputado Durval Amaral, nosso companheiro do PMDB Jovem...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrado vosso horário no Pequeno Expediente. Concedo um minuto para concluir.

O SR. NEREU MOURA - Utilizo o Horário da Liderança do PMDB.
(Assentimento).

O nosso companheiro Durval Amaral, como líder da juventude de nosso partido também, de forma brava e corajosa, orgulha nosso partido de ter eminente Deputado como Secretário da Ação Social. Sou testemunha, na minha região de atuação política, de vários benefícios que foram para lá carreados, atendendo uma firme decisão do Secretário da Ação Social. Todos os Senhores Parlamentares, se não receberam, vão receber todos estes documentos através dos

quais o Deputado Durval Amaral responde as indagações formuladas pelo Deputado João Preis.

O Sr. Nilton Barbosa - Concede-me um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte. Início dizendo do apreço, do carinho e da admiração que tenho pelo Secretário de Ação Social, Durval Amaral. Mas faria um parêntese no pronunciamento de Vossa Excelência e diria que se fizéssemos uma pesquisa entre os Deputados que dão sustentação ao Governo desta Casa, independente de ser do PMDB, do PP, do PFL, há um grande descontentamento. Porque sabemos que os Secretários de Estado, que alguns membros integrantes da equipe do Governo, já deflagravam a campanha de 1994. Na lisura, da maneira com que estão distribuindo os recursos da Secretaria, não temos dúvidas quanto à honestidade do Secretário Durval Amaral, dos outros Secretários. O que nos incomoda é a distribuição dirigida de recursos, dos Secretários que vão à reeleição, dos Secretários que são candidatos a Deputados Federais ou Estaduais, que já denunciemos no ano passado nesta Casa. Diversos Secretários usam a estrutura do Governo.

Não podemos nos calar diante disto, Vossa Excelência no início de seu discurso dizia que o Secretário Durval Amaral havia, e como de fato recebemos em nossos gabinetes, a sua justificativa. Justificar a distribuição de recursos não é tão interessante quanto nos dizer para onde estão sendo mandados. Se é para municípios tão somente da região de sua militância política, ou se vem atender aos interesses de todo o Paraná.

Posso dizer a Vossa Excelência que não é só o caso da Secretaria do Trabalho e Ação Social, como outras Secretarias, estamos percebendo discursos dirigidos já com pensamento voltado às eleições de 94. Isto com relação aos Secretários.

Com relação aos funcionários do Governo que já estão também praticamente em campanha, desrespeitam os Parlamentares desta Casa que dão sustentação ao Governo, que votamos matérias às vezes até a contragosto, porque fazemos parte do bloco de apoio ao Governo.

Há tempos fiz uma denúncia e Vossa Excelência é testemunha da posição do chefe do departamento do Serviço de Transporte Coletivo que lá numa região de atuação nossa, onde aqui com prazer registro a presença do Vice-Prefeito Leônidas, o Senhor Beleniel por lá passou fazendo negociações para conquistar um Título de Cidadão Honorário. Promessas de telefone, de ambulância, de ônibus.

Há dias entrava eu com um pedido para

que o Expresso Maringá que sai de Umuarama à Maringá entrasse na Cidade de Moreira Sales. Uma demanda, um pedido da comunidade de Moreira Sales, onde fui o Deputado mais votado e que hoje atende o Prefeito o Deputado Renato Adur. Foi ele lá autorizar a linha e não me participou da sua autorização. Assim como não participou desta Casa do aumento das tarifas de ônibus intermunicipais que, a cada dia que passa, o povo não suporta mais. Chegou na região que é do Deputado Nelson Garcia, Município de Mariluz, oferecendo um Volkswagen de doação ao município em negociação para apoio de Deputado, e buscando título de Cidadão Honorário.

O Deputado João Preis ele não estava preocupado com a honestidade ou não do Deputado Durval Amaral, a preocupação é a maneira com que os recursos estão sendo dirigidos, porque nós não podemos admitir, isso Vossa Excelência sabe e tem conhecimento, como tem conhecimento a Bancada. Então, por isso eu quero dizer a Vossa Excelência que a preocupação do Deputado João Preis em saber dos recursos é sem dúvida a preocupação de diversos Parlamentares desta Casa, como é do Severino Félix, como é do Nelson Garcia, e todos os demais parlamentares que têm sofrido na carne o peso da máquina de algumas Secretarias já em campanha eleitoral, o que não podemos admitir. Por isso, quero agradecer a Vossa Excelência, pelo aparte que me concede e dizer que a intenção do Deputado João Preis não foi em tocar na idoneidade, na seriedade e honestidade do Secretário Amaral, não é em saber dos seus recursos porque disputar num campo onde a bola é uma e há onze jogadores de um lado e onze do outro é bom, mas disputar num campo onde a bola é uma e se joga em vinte contra um, não se pode admitir que os nossos companheiros sofram na sua área de atuação política o que diversos companheiros vêm sofrendo, inclusive nós.

Muito obrigado, Deputado!

SR. NEREU MOURA - Companheiro. Deputado Nilton Barbosa, Vossa Excelência que tem um passado na nossa região digno, de representante do médio Oeste do Paraná, com a liderança que possui, com o prestígio que possui junto ao Governador Roberto Requião poderia se dirigir ao nosso Governador e colocar essas queixas que com certeza seriam de pronto acatadas pelo nosso Governador.

O Sr. Nilton Barbosa - Um minuto só, nobre Deputado. Essa defesa que fiz ao Deputado João Preis é até um desabafo, porque tenham certeza os Parlamentares desta Casa, isso já foi dito por mim mesmo na presença do Líder do Governo Renato Adur,

do Deputado Líder do PFL Duílio Genari, ao Senhor Governador, já o fizemos há tempo.

Já fizemos há tempo porque não estamos suportando mais o comportamento de alguns Secretários de Estado e de alguns membros da equipe do Governo. E Vossa Excelência haverá de estar conosco aqui, caso não venha nenhum outro Secretário para cá, Vossa Excelência vai acompanhar muita coisa nesta Casa porque a postura de alguns companheiros do Governo e continuaremos dando, a Bancada do Partido Progressista até ontem era em dez companheiros, a partir de ontem com a filiação do companheiro Deputado Annibelli passa para onze. Estamos sim, estamos apoiando o Governo, agora, apoiar é uma coisa e concordar com alguns erros que cometem membros do Governo, tenha certeza, nós não iremos concordar.

SR. NEREU MOURA - Concedo aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato, de Cianorte.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado, Deputado Nereu.

Apenas quero endossar a palavra do nosso Líder quando questionou de que a intenção do Deputado João Preis não atinge a questão moral do nosso ilustre Secretário Durval Amaral, e nem põe em dúvida a questão da credibilidade e da sua honestidade. Eu conheço o Deputado Durval Amaral quando já assessorava o nosso Líder hoje em Brasília Haully na Secretaria de Finanças, e nós o conhecemos ao longo do tempo.

Lamento profundamente, Deputado Nereu, que, em razões de compromissos também de grande importância, o nosso companheiro Deputado João Preis não se encontra aqui hoje, porque ele poderia dizer de viva voz de que as intenções não são com relação à honestidade do Senhor Secretário, é apenas, uma história que até aprendi com o ilustre Deputado Edison Lino, que aonde existe um pequeno capão de mato é impossível a sobrevivência de dois leões, e é claro que isso é uma disputa eleitoral, eu acho até que essa disputa eleitoral não pode atingir as duas Bancadas de sustentação ao Governo Roberto Requião nesta Casa, uma vez que esta questão levantada poderá ser discutida no meu ver com o próprio Deputado João Preis e o ilustre Senhor Secretário Durval Amaral.

Quando Vossa Excelência questionou que isso deveria ter sido feito junto ao Governador Roberto Requião, eu quero ser testemunha de que já houve várias denúncias de alguns Secretários quererem criar algumas situações eleitorais com os Senhores Deputados. Mas quero dizer a Vossa Excelência Deputado Nereu que essa história é muito relativa, porque os Senhores Secretários atingem a áreas de Deputados, mas eles terão que deixar num prazo que a

lei determina os seus casos e os Deputados permanecem com seus mandatos até 1995.

Muito obrigado.

O Sr. Mário Bezerra - Permite um aparte, Senhor Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Senhor Deputado que está na tribuna que o horário da liderança do PMDB, oito minutos e meio, já foi utilizado e a Mesa já lhe concedeu um minuto e meio para conclusão.

Solicito que conclua o seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, para encerrar o meu pronunciamento, gostaria de me aprofundar mais nesta questão, porque não vim aqui absolutamente criticar a ação do Deputado João Preis, que tem um comportamento exemplar, digno e que tem sido de uma lealdade extraordinária nesta Assembléia.

Apenas vim aqui para responder as indagações formuladas pelo nobre Deputado e que cumprindo o seu dever constitucional, seus compromissos regionais e do Estado do Paraná, formulou algumas indagações e que prontamente foram esclarecidas pelo Deputado Durval Amaral. Aliás, acrescentou inclusive, Senhor Presidente, outras indagações que poderiam vir por parte dos Senhores Deputados, fazendo um relatório amplo, para mostrar o seu comportamento e eu sou testemunha, de que lá na nossa região a Secretaria do Trabalho e Ação Social tem tido uma presença significativa no apoio as obras do Governo Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Só é pena que, Deputado Nereu, Vossa Excelência é um caso inverso nesta Casa. Enquanto alguns Secretários estão preocupando alguns Deputados, existe Secretário preocupado com Vossa Excelência na região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa registra com satisfação a visita a este Plenário, a este Poder, do ex-Deputado Federal Pedro Arthur Sampaio. A sua presença muito engrandece este Parlamento, Senhor Deputado.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta semana o Sindicato dos Bancários de Curitiba, através da sua presidência, dirigiu comunicado através dos órgãos de comunicação social do Estado do Paraná, em

relação a políticas do Setor de Pessoal implementadas no âmbito do Banco do Estado do Paraná, que estariam contrariando os interesses mais gerais dos trabalhadores do BANESTADO.

Esta semana também, Sua Excelência o Deputado Florisvaldo Fier, em pronunciamento nesta Casa, disse da contradição que existiria entre o discurso de governo e a prática efetiva no Setor de Recursos Humanos do Banco do Estado do Paraná.

E dizia dessa contradição, fundamentando-se em depoimentos havidos no âmbito do movimento sindical dos bancários, em demissões que estariam sendo promovidas pelo Banco do Estado do Paraná, por razões as mais diversas.

A manifestação do Deputado Florisvaldo Fier, sempre tem da minha parte a melhor consideração. É uma palavra autorizada no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado e como a palavra dos demais parlamentares sempre merece a consideração mais correta e mais ampla.

Quando ouvia o Deputado Florisvaldo Fier, me lembrava de um texto que ainda nos bancos universitários tive a oportunidade de conhecer e que é um texto do século passado, é um discurso sobre a autoridade, de lavra do historiador e pensador Engels, que como todos sabem foi colega na lide filosófica e nas lides políticas de Karl Marx. Dizia Engels em 1873, e vejam a qualidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados: "Alguns socialistas empreenderam ultimamente uma verdadeira cruzada contra o que chamam princípio de autoridade. Basta que se lhes diga que tal ou qual ato é autoritário para que o condenem. A tal ponto se abusa desse método sumário de proceder que não há outro remédio senão examinar a questão um pouco mais de perto. Autoridade, no sentido de que se trata, quer dizer: imposição da vontade de outrem à nossa vontade; por outro lado, autoridade pressupõe subordinação.

Pois bem, por pior que soem estas duas palavras, autoridade e subordinação, e por mais desagradável que seja para a parte subordinada a relação que elas representam, a questão está em saber se existe meio de prescindir dela, se dadas as condições atuais da sociedade podemos criar outro regime social em que essa autoridade não seja necessária e no qual portanto deva desaparecer a autoridade."

Pergunta Engels, Deputado Florisvaldo Fier: Pode-se conceber uma organização sem autoridade?

Neste mesmo texto, que é clássico, pergunta Engels, em afirmação: "Querer abolir a autoridade na grande indústria é querer abolir a própria indústria, é querer destruir as fábricas de fio a vapor para voltar à roca. Onde mais ressalta,

porém a necessidade da autoridade, e de uma autoridade imperiosa, é num barco em alto mar. Aí no momento de perigo a vida de cada um depende da obediência instantânea e absoluta de todos à vontade de um só. Porque os antiautoritários não se limitam a clamar contra a autoridade política, contra o Estado? Os antiautoritários exigem que o Estado político seja abolido de um golpe mesmo antes de terem sido destruídas as condições sociais que o fizeram nascer. A Comuna de Paris teria por acaso durado um só dia se não fosse empregado essa autoridade do povo armado frente aos burgueses? Não podemos, ao contrário, criticá-la por não se ter servido bastante dela?"

A qualidade do texto de Engels me faz remeter a uma situação particularíssima que é do interesse da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Em todas as autarquias, empresas, entidades e órgãos da administração direta e indireta do Estado circulam formulários que poderiam ser vendidos em qualquer uma das bancas de livros de Direito, de petições ou reclamações trabalhistas que seriam facilmente dirigidas contra qualquer órgão ou entidade da administração. Todas essas petições e todas essas reclamações têm o mesmo fundamento: são as perdas havidas pelos trabalhadores, perdas efetivamente havidas pelos trabalhadores nos sucessivos planos econômicos na vigência do regime militar e mesmo depois no processo de transição para a democracia.

Plano Bresser, Plano Collor, e outros tantos planos econômicos impuseram duras perdas aos trabalhadores. A direção sindical, como é o seu dever prepará-las para as áreas (sic) de escritórios de advocacia privada, petições, e dariam base a reclamações judiciais de direitos trabalhistas. Nenhum problema haveria não fosse criado uma verdadeira indústria das reclamações trabalhistas, não só no âmbito do Banco do Estado do Paraná, como no âmbito de todas as entidades e órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Quem não se lembra da crise que resultou, inclusive na remissão a esta Casa, de projeto do Executivo, para autarquização das Universidades e demais instituições de ensino superior? O principal fundamento, à época, do ponto de vista prático, consistia justamente em tentar livrar as Universidades do enorme passivo trabalhista real e potencial decorrente destas reclamações, que não tinham enfrentamento, por parte de diversas direções de universidades e faculdades...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Horário de Vossa Excelência, no Pequeno Expediente está terminado.

Concedo-lhe um minuto, para concluir.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - O PFL concede o Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente autorizado pelo Deputado Duílio Genari, a Mesa lhe concede o Horário do PFL.

O Sr. Doutor Rosinha - Permite um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Em seguida.

Informei-me, hoje pela manhã, junto à Assessoria de Imprensa e também junto à Diretoria de Recursos Humanos do Banco do Estado do Paraná, sobre o significado das reclamações trabalhistas existentes e potenciais contra o Banco do Estado do Paraná.

Trago aqui, as informações: o Banco do Estado do Paraná tem hoje, cerca de 14 mil trabalhadores. O que se reivindica nas reclamações trabalhistas - e é estendido ao conjunto dos trabalhadores - é uma indenização ou uma reposição de perdas havidas, pelos sucessivos planos econômicos, que corresponderia a 65 salários mínimos, para cada um dos 14 mil trabalhadores do Banco do Estado do Paraná.

Procedi um cálculo do que seria a aplicação, se transitado em julgado estas reclamações, e cheguei a um resultado astronômico. Só a título de reposição das perdas salariais, teria o Banco do Estado do Paraná que desembolsar valores da ordem de três bilhões de cruzeiros! Três bilhões de cruzeiros, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é o equivalente a um Programa fundamental do Governo, que é o "Programa Panela Cheia".

Diante desta situação, Deputado Colombino Grassano, não de um passivo real, mas de um passivo potencial de três trilhões de cruzeiros, a direção do Banco não se preocupa com a situação atual, mas com a situação que vai se dar na transição para o próximo e demais Governos, tomou uma decisão: deflagrou uma campanha no âmbito de todos os Bancos, Postos e Agências - inclusive os forâneos - do Banco do Estado do Paraná, no sentido de obter a concordância dos trabalhadores a uma carta, que é uma carta-acordo com o Banco, pela qual, de um lado, os trabalhadores renunciam à pretensão de, em juízo, ingressarem com reclamações trabalhistas com este fundamento, já que os resultados dariam um valor da ordem de três trilhões de cruzeiros. E, em contrapartida, teriam uma indenização, que não corresponde ao conjunto de perdas, mas corresponde a uma indenização de meio salário percebido a cada ano

de trabalho.

Nem de longe, portanto, 65 salários mínimos, mas muito próximo do que seria a tentativa de obter um acordo. Pois muito bem: o resultado disso é que 90% dos trabalhadores, no Banco do Estado do Paraná, já colocaram a concordância à proposta resultante desta campanha.

Do mesmo modo, tomando a cautela de não promover, para o futuro, a liquidação do Banco do Estado do Paraná, em setembro do ano passado, o Banco do Estado do Paraná e a entidade sindical representativa, firmou um acordo trabalhista vigente de setembro do ano passado, a setembro deste ano, em que estes riscos de perda não poderão ser objeto de reclamação.

Este é o resultado de um acordo entre o Banco do Estado do Paraná e o Sindicato dos Bancários e Federação dos Bancários do Estado do Paraná, entidade representativa do setor.

Portanto, de setembro de 92 a setembro de 93, não há o risco do Banco ter que submeter-se, em função deste acordo, a este tipo de reclamação, porque as reclamações coletivas se referem a período anterior.

Eu acrescentaria ainda, em favor da idoneidade do Banco do Estado do Paraná e da sua direção, no setor de pessoal, o fato de que a rotatividade no setor é muito abaixo da havida no setor privado. No Banco do Estado do Paraná, pelas informações que recebi, a rotatividade é da ordem de 25 funcionários/mês.

Ora, para uma empresa que conta com mais de 14 mil trabalhadores, devemos considerar que esta é uma rotatividade extremamente reduzida. Hoje - ainda a título de informação - há 230 reclamatórias coletivas. Com esta campanha deflagrada pelo Banco, que visa reduzir o passivo não real - que já foi adimplido e garantido quando transitado em julgado nas ações contra o Banco - mas o passivo potencial, inclusive aqueles que já ajuizaram ações, também renunciariam a essa pretensão. O que é absolutamente lícito, desde que em concordância livre de pressões, pudesse ser obtido.

Muito bem, fica a questão e essa foi a inquirição que dirigi sobre as demissões propriamente. Sobre as demissões - porque a pergunta que dirigi era: na hipótese de não haver assinatura...

(vozes paralelas)

A questão que coloquei à Direção do Banco, era sobre quais as consequências que adviriam da não assinatura da "Carta-Acordo". Revelou a Direção do Banco, que não foram promovidas demissões contra servidores que resistiam a essa pretensão do Banco, e se mantinham renitentes na campanha mais geral, através de reclamatórias

trabalhistas, levarem o Banco a esse passivo potencial de três trilhões de cruzeiros.

Concluiria - antes de conceder o aparte ao Deputado Florisvaldo Fier - com o texto do velho Engels: "Uma das duas: ou vinte autoritários não sabem o que dizem, e nesse caso não fazem senão semear a confusão, ou sabem e nesse caso traem o movimento proletariado." Num e noutro caso, segue reação.

E a questão que há que se determinar, é se o movimento sindical, porque não podemos fazer na Direção do Estado, a média com as corporações, em prejuízo do interesse público. Se a ação que se empreende contra o Banco do Estado do Paraná fosse conseqüente com o que se tem em relação ao BRADESCO, ao Itaú e a outros Bancos privados, estaríamos absolutamente quites.

Portanto, não seria uma ação dirigida contra o Banco do Brasil, contra o Banco do Estado do Paraná e contra os demais organismos oficiais, o que verificamos é que a liberalidade com que muitos dirigentes dos aparelhos do Estado, se conduzem na condução dos negócios do Estado, levou a que o passivo real do Estado do Paraná - e a demonstrar isso os precatórios no Tribunal de Justiça - inadimplidos há dezenas de anos - e essa é uma denúncia que tem sido reiteradas vezes produzida por diversos setores por direito, como também pela imprensa paranaense - os precatórios inadimplidos dão conta de que o Estado se responsabiliza, através de seus dirigentes, para conter a cupidez dos setores privados, ainda que organizados em corporações sindicais, ou a falência dos interesses públicos, em função da falência do próprio Estado.

Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O Sr. Florisvaldo Fier - A questão são duas perguntas: primeiro um ponto, usar o texto de pensadores socialistas, de pensadores que lutaram pela liberdade dos trabalhadores para justificar a opressão ao trabalhador é um tanto quanto contradição.

Dito isto, pergunto a Vossa Excelência: defenderia as demissões, como defendeu agora, se as demissões tivessem ocorrido no Itaú, BRADESCO e BAMERINDUS? Quando o trabalhador entra com uma ação trabalhista reivindicando os seus direitos que foram lesados, se fossem nestes Bancos, Vossa Excelência colocaria também do lado do banqueiro para traçar um correlato.

Segunda questão: porque que o Governo do Estado e Vossa Excelência não tomam posição a respeito de Wallace de Mello e Silva, Diretor Presidente do BANESTADO,

que tem ação trabalhista contra o Estado, de quando era Diretor do Quadro de Funcionários do RADEP - o Senhor Valter Senhorio também - porquê que esses o Governo não obriga a eles a assinar a desistência da Ação ou demiti-lo, como tem feito com os trabalhadores, ou demitindo trabalhador deficiente físico que está vivendo de esmola, fazendo "vaquinha" dentro do Banco - como citei, em Londrina na Agência Tiradentes. Esses trabalhadores estão na rua, numa crise econômica de recessão, e o Senhor Wallace de Mello continua com suas ações bilionárias contra o Estado - e ele não é pressionado a desistir!

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - A Ação que promove o funcionário Heitor Wallace de Mello e Silva dirige-se contra a massa em liquidação, e não contra o Estado.

Tem razão Vossa Excelência...

O Sr. Doutor Rosinha - Que está hoje na massa do Banco do Estado, quem vai assumir...

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Não é verdade...

(Discussões paralelas)

Trago uma notícia a Vossa Excelência, Deputado Rosinha. Ontem estive com o novo dirigente, que é a autoridade de liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, e que dava conta, um termo, um anteprojeto de acordo entre o Banco do Estado do Paraná, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como também o Banco do Brasil e o próprio Banco do Estado do Paraná, formando, portanto, o principal dos credores da massa em liquidação, além de Projeto no sentido de devolver ao Estado o processo de liquidação.

De qualquer modo, tem razão o Deputado Florisvaldo Fier quando afirma que a consequência deve ser a mais geral possível. Não se faz aqui a defesa da demissão de nenhum trabalhador. Não se faz aqui, Deputado Florisvaldo Fier, o que se faz aqui é a defesa da autoridade.

Quero afirmar, como vice-Líder da Bancada do PMDB, que não integrou o processo decisório, mas que atua na condição de Deputado do PMDB nesta Casa, informo a Vossa Excelência e aos demais Deputados, que esta decisão é no sentido de reduzir o passivo trabalhista potencial. Como também a decisão das demissões, são decisões assumidas politicamente pelo Governo do Paraná e pela Diretoria do Banco do Estado do Paraná. Não se faz a política da avestruz, fazemos aqui a defesa da política mais geral que está na função dos interesses públicos e os setores, por mais representativos que sejam e por mais justas que

sejam as suas pretensões - que se opõem aos interesses públicos e populares - têm, da parte do Governo do Estado, uma resposta, que pode inclusive significar a demissão.

Nós temos observado a cupidez de corporações que imaginam que o Tesouro do Estado é ilimitado, que imaginam que o Tesouro do Estado é "casa da mãe Joana", que tudo pode. Mas não, é preciso uma posição de responsabilidade e entender que o que faz hoje, o Banco do Estado do Paraná, não apenas debelando o potencial trabalhista, como, sobretudo, agilizando as ações que são as ações competentes para o adimplemento das obrigações havidas junto ao Banco do Estado do Paraná. O Banco do Estado do Paraná não se conduz com parcialidade, tem, contra mim, ação ajuizada, tem contra mim ação ajuizada! Sou dirigente do PMDB, sou Deputado Estadual, integrei a alta esfera da administração do Estado e o Banco não me poupou e nem vai me poupar, como não poupará nenhum outro que esteja inadimplente junto ao Banco.

E é com essa tranquilidade que me conduzo, me conduzo com a tranquilidade de quem tem contas a prestar com a população, com a sociedade e não tem porque esconder os seus atos. É assim que, em relação à questão mais geral agora, senão específico, o inadimplemento de obrigações junto ao Banco do Estado, deve merecer o tratamento mais rigoroso por parte do Banco do Estado do Paraná e tivemos oportunidade, Deputado Ernani Pudell, de tratar disso, em relação ao adimplemento de uma obrigação na Cidade de Cascavel, ainda o ano passado.

Tratamos disso, porque a posição nossa é de tratamento mais franco, mais aberto sobre todas as debilidades e deficiências que tenha eu mesmo, que tenha o nosso Governo num processo de crítica e autocrítica.

E, no caso concreto, Deputado Ernani Pudell, no caso concreto a Direção do Banco tem razão e preserva o interesse público e preserva as administrações futuras e assim deve merecer o apoio da Assembleia Legislativa do Estado. Deveria merecer a nossa condenação se o Banco, diante de um potencial de ações trabalhista da ordem de 3 trilhões de cruzeiros o correspondente a um programa inteiro de Governo e não tomasse uma posição deflagrando uma campanha clara, correta que conta, inclusive, com apoio das lideranças sindicais responsáveis no âmbito do Banco do Estado do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pudell.

Sr. Ernani Pudell - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas quero manifestar

aqui a minha discordância com o conteúdo do seu discurso.

Inicialmente Vossa Excelência procura justificar a existência e a necessidade de hierarquia em qualquer organização social, política, econômica com arbitrariedade e violência.

Acho que não é por aí. Acho que essa situação deve ser melhor esclarecida. Vossa Excelência se referiu à indústria da reclamação trabalhista, mas eu uso o próprio argumento de Enios, que o Estado só existe para reprimir uma parcela da população porque há interesse de classes que determinam que haja uma coação sobre outros setores sociais. E isso só é possível com o estado com o uso da força e da violência.

Então, se existe a indústria da reclamação trabalhista é porque existe a indústria da fraude trabalhista. Mais do que isso, Vossa Excelência como advogado acaba de trazer a este Plenário uma confissão de que as desistências das ações trabalhistas usadas contra o Banco do Estado do Paraná estão sendo feitas sob coação.

SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Negativo, negativo.

SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Encerrado o horário de Vossa Excelência.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero trazer a esta Casa o que já está evidenciado na imprensa do Estado do Paraná, um ato que já está se tornando rotineiro em nosso Estado de que os trabalhadores ocupam os órgãos públicos para fazerem eles funcionarem.

Mais de 150 agricultores estão desde o dia de ontem ocupando as instalações do INCRA no Estado do Paraná.

Estas mais de cento e tantas lideranças que estão ocupando o INCRA têm algumas reivindicações. E além das reivindicações trazem uma série de denúncias à opinião pública com relação à questão das desapropriações de áreas e as questões fundiárias do nosso Estado.

Diz o documento dos trabalhadores sem terra: As lideranças que ocupam os assentamentos, estão ocupando o INCRA para denunciar o problema da luta pela terra, pela não execução da Lei da Reforma Agrária e pela maneira como o atual superintendente deste órgão tem se comportado frente aos conflitos no campo.

A primeira exigência ou reivindicação que os sem terra exigem do Governo Federal, do Presidente da República ou do Presidente Nacional do INCRA é o afastamento

imediato do atual superintendente do INCRA no Estado do Paraná, Doutor Carlito Pedroso, que segundo eles vêm se comportando muito mal diante dos conflitos de terra do Paraná.

Ao invés de se mostrar imparcial, de tratar de ajudar a sanar os conflitos, segundo informações do Movimento e dos Trabalhadores, o atual Superintendente do INCRA acirra os conflitos ou se porta de forma tendenciosa do lado dos grandes proprietários de terras, nos casos das emissões de posse, das desapropriações.

Existe também o cumprimento do programa emergencial da reforma agrária do INCRA, elaborado em abril de 93, numa negociação, e que, segundo os trabalhadores, sem-terra, estes acordos não vêm sendo colocados em prática ou vem sendo protelados pelo então superintendente do INCRA, em nosso Estado.

Acho que o Dr. Pedroso já foi, digo, já fez o que tinha que fazer, no INCRA, se já prejudicou até o momento, não estão mais dispostos a aguentar ou aceitar a forma como vem sendo tratada a questão da reforma agrária pelo atual superintendente do INCRA.

Além das desapropriações das áreas e do cumprimento do acordo emergencial, quando várias áreas estão no Estado em tramitação, e eles são protelados, pela inabilidade e falta de agilidade da superintendência do INCRA.

Esperamos que seja acatada esta deliberação do Movimento sem-terra e talvez pudéssemos entregar a coordenação do INCRA do Estado do Paraná ao Movimento dos sem-terra, e temos a certeza de que, com muito mais competência implantaria a reforma agrária, no Paraná, a exemplo do que vem fazendo há muitos anos neste Estado, quando mais de 80 áreas já estão ocupadas e produzindo pela organização e as custas da própria organização dos trabalhadores sem-terra.

Queremos manifestar aqui o nosso apoio a estas reivindicações, e entendemos que depois que o Collor caiu, que as maracutaías do Governo Collor foram desnudadas, que o roubo escancarado foi mostrado ao País, é inconcebível que permaneçam no Estado pessoas de confiança de Collor, coordenando estas áreas importantes do Governo e principalmente de conflito social, como é o caso da reforma agrária.

Mais um caso referente à terra, quero denunciar nesta tribuna e já noticiado pela imprensa de ontem, quando famílias de agricultores do Município de Barracão, no Sudoeste do nosso Estado. Famílias que estão há mais de 10, 12 anos de posse de áreas, em conflito, naquela região, quando no último dia 2 ou 3, antes do início da greve dos magistrados, após um conflito

que vem se arrastando há vários anos, o Senhor magistrado daquela cidade manda prender 4 pais de família, pessoas idôneas, que residem há 12, 15 anos naquele município, que vêm lutando com processo, inclusive na Justiça reivindicando posse daquela área de um fazendeiro, e que as famílias já estão tirando o seu sustento de lá há 10, 12 anos, por um simples relato do oficial de Justiça, que vai até o local, ou supostamente diz que vai, porque ouvi dos agricultores e eles confirmam que nenhum oficial de Justiça chegou até a área de ocupação.

O oficial traz ao Senhor Promotor, ou ao Juiz, um relatório de que foi barrado de entrar na área, e ao bel-prazer, o Senhor Juiz da cidade, e o promotor mandam prender 4 pais de família que no dia seguinte deviam ser liberados.

Mas, pela famosa greve dos magistrados, os 4 lavradores, pessoas idôneas daquela cidade, estão há mais de 20 dias na cadeia, porque ninguém acata o "habeas corpus", ninguém decide e o Juiz lá da cidade pelo simples argumento de que tem que cumprir a decisão da greve dos Magistrados, uma atitude no nosso ponto de vista um tanto parcial, coloca 4 lavradores na cadeia e suas famílias estão ao léu, estão tendo suas casas apedrejadas pelos pistoleiros do latifundiário, se aproveitando da oportunidade de que seus pais estão na cadeia, para tentar atropelar, criar tumulto, conflito, terror, nas famílias que lá estão em disputa judicial por aquela área de terra.

É de lamentar que neste momento um simples desacato à autoridade leva quatro agricultores, pais de famílias, à cadeia. E já tenho denunciado aqui quando fazendeiros vão à televisão, vão à imprensa e denunciam, dizem que estão armados, formando exércitos, contra a Lei, desacatando autoridades e ninguém toma providência neste sentido. O fraco sempre...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência tem dois minutos para concluir.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - É de lamentar que este fato o Juiz acha, o Promotor, ou o Oficial de Justiça acha que não pode levar um desaforo. O que não é justificado e é contraditória a informação pelos sem-terras. É simplesmente por uma decisão assim, se pune um fraco, uma pessoa, um trabalhador, sem condições de ter um advogado que o defenda lá perante a legalidade da Lei.

Mas aqueles que realmente fazem os abusos da lei, pública e notoriamente pelos meios de comunicação, as autoridades judiciais não tomam as devidas providên-

cias.

O Sr. Ernani Pudell - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte e peço licença para voltar ao tema do Banco do Estado do Paraná, porque fiquei chocado com a confissão trazida aqui por um Deputado do PMDB de tradição e de origens na Esquerda e que justifica as ações do Banco do Estado que visam lesar, fraudar, os direitos elementares da classe trabalhadora.

É óbvio que o passivo que preocupa o Banco do Estado do Paraná é realmente significativo, mas existem meios de negociação. Fui advogado trabalhista por doze anos, nenhuma vez vi um trabalhador, ou sindicato, um grupo de advogados se recusar a fazer uma proposta, um entendimento, um acordo, que pudesse ser absorvido pelo empregador, para que pudesse pagar em condições excepcionais, com desconto, com negociação, com transigência. Este o caminho de qualquer acordo.

O que me causa espécie é o fato de que o Banco do Estado do Paraná agora investe contra os trabalhadores, exigindo que retirem reclamações que são direito dos mesmos, que a Justiça irá ou não dar guarida, e aí a Justiça é que vai pronunciar, que terá a palavra final, este mesmo Banco do Estado do Paraná tem atitudes condescendentes com devedores que assaltam os cofres deste Banco, com tráfico de influência política e o Banco tem inúmeros passivos, inúmeros créditos, que não recebe.

O exemplo é o de Cascavel. O Prefeito Municipal de Cascavel obteve empréstimo no Banco do Estado do Paraná, na época na ordem de um bilhão de cruzeiros, fizeram um desconto, deixaram 500 milhões e ainda deram 50 meses para ele pagar com novo crédito do Banco... quer dizer, aí ninguém está efetivamente preocupado com o rombo do BANESTADO.

Quando denunciemos aqui no início do Governo Requião um decreto que o Governador do Estado havia mandado publicar determinando a correção do crédito dos empreiteiros que tomaram dinheiro emprestado no Banco do Estado do Paraná durante a campanha eleitoral, ninguém falou nada. O problema do BANESTADO, ninguém estava preocupado com o rombo.

Agora, quando se trata de direitos, de migalhas para os trabalhadores, aí não se pode pagar. Aí há que se ter um zelo excessivo. Nem que para isto se passe uma borracha em todo o discurso, em toda a trajetória do PMDB, procurando acabar com direitos constitucionais legais, conquista dos trabalhadores.

Então, causa-me profunda indignação

esse comportamento.

Acho que o Banco do Estado do Paraná teria que rever a sua prática. Primeiro cobrar os créditos que tenha em haver dos políticos que circulam ao redor do Governo; acabar com o tráfico de influência sobre os cofres do Banco do Estado do Paraná; acabar com as famosas operações pró-empresiteiras, linhas de créditos que o Governo do Estado concedeu no passado e que foram responsáveis por rombos formidáveis no caixa do Banco do Estado do Paraná, e aí sim, somente depois disso, que acho que o Banco do Estado do Paraná teria moral, condições para sentar numa mesa de negociação e ter uma conversa franca, uma conversa civilizada, apelando para o bom senso dos trabalhadores e encontrar uma fórmula para acabar com essas ações, uma fórmula dentro da lei, da negociação, da transigência, daí eu tenho certeza que todos irão aceitar, agora, não com a pressão, com a fraude, com a violência, isso não combina com o discurso do PMDB, e acho que o Deputado Bona Turra foi muito infeliz de fazer a defesa do indefensável aqui.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Agradeço o aparte de V.Exa. e me somo às preocupações do Deputado Ernani Pudell, do Dr. Rosinha, quanto às questões levantadas pelo Deputado Bona Turra com relação ao Banestado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças com a palavra o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, antes de iniciar no assunto que nos faz usar o Horário da nossa Liderança, eu queria esclarecer aqui o nosso aparte que fizemos ao ilustre companheiro Deputado Nereu Moura. É evidente que não vamos aqui alimentar o desejo de alguns companheiros da bancada oposicionista até com o aparte para tecer as críticas com relação ao nosso comportamento como integrante da Bancada do Governo, e como Líder de um partido que dá apoio direto ao Governo do Estado. Mas, sem dúvida, a campanha sucessória de 94 já foi deflagrada e, por isso, usamos da Tribuna, apartamos o Deputado Nereu Moura porque nós já levamos ao conhecimento do Governador e tem ele total conhecimento do que acontece hoje à nível de Secretariado, e de funcionários dos diversos órgãos do Governo com relação as eleições de 1994. Deixo claro aqui o nosso pensamento, como é o pensamento da maioria dos companheiros de Bancada, e da maioria dos Srs. Deputados e partidos que dão sustentação ao Governo.

Nós estamos sendo atropelados, não questionamos a idoneidade, não questionamos a honestidade dos Srs. Secretários, e também não generalizamos. Tem alguns Secretários que têm trabalho com uma postura muito séria, mas, de contrapartida, em alguns setores do Governo a candidatura já faz com que recursos de algumas secretarias, de alguns órgãos do Governo, a sua distribuição seja dirigida, seja dirigida em troca de apoio, chegando ao cúmulo alguns assessores e secretários de órgãos governamentais pedir aos Srs. Prefeitos das regiões diversas do Estado que vão sozinhos às Secretarias, que muda-se até o atendimento. Sabe disso o Deputado Trevisan, sabe disso o Deputado Severino Felix, sabe disso a maioria dos companheiros que compõe o bloco de sustentação e apoio ao Governo dessa Casa. Fizemos esse alerta pessoalmente ao Sr. Governador, sabemos que o Sr. Governador já tomou algumas providências, mas fazemos de novo aqui da tribuna, ouvido aqui pelo líder do Governo do PMDB, companheiro Deputado Renato Adur.

Nós não podemos antecipar o processo que é para o ano de 94, nossa preocupação tem que estar voltada ao desenvolvimento, ao progresso, aos acertos do governo do Estado, na hora certa vamos fazer política, na hora certa vamos enfrentar os Srs. Secretários, os Srs. funcionários do governo, mas desde que eles não tenham mais o orçamento todo em suas mãos ou como nós dizemos, uma caneta cheia de tinta.

Fica aqui o nosso esclarecimento ao aparte que fizemos ao Deputado Nereu Moura, e dizendo que o nosso partido, a nossa bancada continua fazendo parte do bloco de apoio e sustentação ao Sr. Governador Roberto Requião.

Mas a razão, Sr. Presidente, que fez com que nós viéssemos usar o nosso Horário da Liderança, é para dizer da alegria, da satisfação que vivemos na tarde de ontem. O nosso partido que vem somando dia-a-dia aqui nesta Casa um número maior de Deputados, a nossa bancada até o dia de ontem era integrada por dez Deputados estaduais, ontem foi uma festa do PP - Partido Progressista, onde tivemos a oportunidade de receber a filiação do companheiro Antonio Annibelli que nos honrou com sua filiação, honrou o nosso Presidente Nacional do Partido Álvaro Dias, ex-Governador...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Solicito um aparte na sequência, Deputado.

O SR. NILTON BARBOSA - Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazemos nesta tarde, registro nesta Casa desta filiação que muito nos honrou e a certeza de que até o final deste semestre haveremos de aqui voltar para registrarmos também com

muito prazer a filiação de outros companheiros da estirpe de Antonio Annibelli, que virão sem dúvida somar conosco.

Concedo com prazer aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço V.Exa.

e quero ser solidário como integrante da bancada do PP, liderado pelo ex-Governador Álvaro Dias, indiscutivelmente uma grande liderança já a nível nacional e sem dúvida prevalece ainda a sua liderança no Estado pelo seu comportamento, pela sua postura e pelo seu passado como homem público.

Quero dizer de que a felicidade da nossa bancada em receber também o ilustre Deputado Antonio Annibelli, Deputado experiente, com vários mandatos nesta Casa, também passou pela Câmara Federal e que a nossa bancada, a tendência, sem dúvida nenhuma, é haver um maior crescimento em pouco tempo ou seja a curto prazo.

Nós também registramos a liderança do nosso companheiro Geraldo Cartário, demonstrando ontem a sua liderança na Região Metropolitana aonde se faziam presentes mais de 50 líderes da região, acompanhando o ilustre Deputado Geraldo Cartário. E na oportunidade filiamos também a esposa do prefeito de Cianorte, Sr. Jorge Oliveira da Silva, já filiado ao PP, deixando as fileiras do PDT e ingressando no nosso partido.

Então, Deputado Nilton Barbosa, parabéns V.Exa. pela forma que vem conduzindo a liderança do nosso partido, junto aos demais Deputados que compõem e desejando ao Deputado Antonio Annibelli muitas felicidades dentro do nosso partido e que seja bem-vindo.

O SR. NILTON BARBOSA - Agradeço o aparte

do Deputado Dirceu Manfrinato e em rápido relato gostaria de deixar aqui aos companheiros de Assembléia o progresso do Partido Progressista nível de Estado do Paraná. Diversas reuniões a nível regional já foram feitas. Santo Antônio da Platina, hoje Norte Pioneiro, tem 28 Srs. Prefeitos, região do nosso ilustre companheiro, Deputado José Arthur Ritti, lá onde existem 28 prefeitos, o PP tem dez, o PMDB Partido nosso, Partido irmão, Partido que caminhamos juntos tem sete, e os demais pertencem aos demais Partidos.

Na nossa microrregião onde temos trinta Prefeitos, nós já passamos dos quinze, passamos dos 50%, demonstrando assim o crescimento deste Partido e hoje nós podemos dizer que já ultrapassamos a casa de 120 prefeitos no Estado do Paraná. E o número, ainda não chegado a somatória final, mas um número muito grande de Vereadores no Legislativo de diversos municípios do

Paraná. Ex-Prefeitos, Vice-Prefeitos, diversas lideranças políticas estão se filiando ao nosso Partido, estão aderindo ao nosso Partido, Partido Progressista, Partido que, repito, é um Partido que caminha junto com o PMDB e que sem dúvida, em 94, fará de novo o Governo deste Estado.

Por isso, a razão, Sr. Presidente, da nossa alegria, da nossa satisfação, na tarde de ontem em ver a filiação de mais doze Prefeitos municipais de mais doze Prefeitos municipais na região metropolitana e nas diversas regiões do Estado do Paraná.

A nível de País todos já sabem, têm acompanhado pela imprensa, o Partido Progressista hoje praticamente a quarta Bancada e aguardando ainda novas adesões de Deputados Federais como de Minas Gerais e de outros Estados.

Por isso, é um Partido que praticamente podemos dizer, um partido que surgiu no Paraná, que cresce a nível de País e que dá, sem dúvida, um destaque nacional ao Estado do Paraná e alguns Estados dizem, ao invés de PP, dizem Partido do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui o nosso reconhecimento ao trabalho de cada companheiro Deputado Estadual da nossa Bancada que tem contribuído muito para isto buscando companheiros, ajudando na organização das diversas reuniões que fazemos, todos os nossos companheiros do Partido Progressista e companheiros do PMDB e de outros Partidos que têm contribuído para que Prefeitos que têm interesse, que têm intenção, que gostariam de fazer parte do nosso Partido, venham sem o mínimo de constrangimento. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa consulta o Deputado Florisvaldo Fier se fará uso do Grande Expediente. A Mesa concede a palavra ao Sr. Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, a questão da saúde no Estado do Paraná é um problema sério e de muito pouca responsabilidade por parte dos nossos governantes visando a solução.

Os municípios paranaenses vivem grandes dificuldades no que diz respeito ao atendimento da sua população.

Aqui em mãos eu tenho uma carta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pranchita, dizendo a respeito das dificuldades de atendimento médico e de atendimento à saúde naquela cidade. Diz aí de que quando o paciente chega doente no consultório o médico cobra o voto, uma vez que foi candidato a vereador, não sendo reeleito. Aí expulsa do consultório os pacientes que na sua comunidade ele entende que não votaram nele. Tenho um fax enviado

Brasília que é uma cópia de uma carta enviada por uma senhora de Capanema, cobrando do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde ações no sentido da compra de medicamentos que têm faltado no Município de Capanema. Tem uma carta que veio de Ventania, Município recém-criado, aonde o Prefeito, recém-empossado, ao contrário do que se espera, do investimento na área de saúde pública, doa terrenos e financia construção de hospital particular contrariando a Lei Orgânica do Município que se encontra em anexo, e contrariando a Constituição Federal e a Lei nº 8.080.

Também um jornal "Folha de São José", na data de 8 a 14 deste mês, traz uma nota oficial aonde mostra que a população depredou um posto de saúde por falta de atendimento médico.

Essas são questões que se podem fazer levantamentos. Estão ocorrendo, com raras exceções, em todos os municípios paranaenses.

E, eu pergunto, Srs. Deputados: o Governador Roberto Requião e o Secretário de Saúde têm um programa de saúde para o Estado do Paraná?

Eu respondo: não têm. E se tiver, eu quero que o PMDB traga até segunda-feira. Um programa aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde. Conselho este que foi formado através de cartas "marcadas", uma vez que foi criado por decreto. E isso é ilegal perante a Constituição Brasileira, à Lei nº 8080, é inconstitucional em relação à Constituição do nosso Estado.

A lei, constituindo o Conselho tramitou nesta Casa e teve o voto contrário da Bancada Governista, sendo derrotada. Da autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e tudo o que é da Oposição não se analisa o mérito, mas se analisa a origem. Se a origem é da Oposição, não presta. Ao contrário do que deveria ser, se analisar o mérito e ver se não seria necessário sofrer emendas, fazer a lei chegar até o seu final.

Ultimamente, fala-se no reforço ao Sistema Único de Saúde. E, para isso propõe-se a extinção do INAMPS e a municipalização do sistema de saúde. Para o Governo do Estado, municipalização é o discurso, jogando todos os encargos da área de saúde para os municípios e não assumindo nada. É isso o que é o sistema único e a municipalização para o Governo Estadual e o Secretário Nizan Pereira Almeida.

Isto é totalmente contrário ao que reza a Constituição Brasileira, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica da Saúde. E ao propor a extinção do INAMPS, é correta esta proposição, uma vez que de 30 a 40% do dinheiro do INAMPS é desviado das suas funções, ou pelo setor privado ou pelo se-

tor público, não indo até o fim, quando deveria ser aplicado. Ele chega e morre no meio do caminho. E, o Paraná é um exemplo disso.

Aqui, há uma grita de uma maneira geral. Primeiro, do setor privado, dizendo que recebe pouco, que tem prejuízo. E, agora, de acordo com carta da Federação Brasileira dos Hospitais, dizem que não receberam o pagamento, sequer, do mês de março. E que não têm condições de continuar atendendo. Por isso, recomenda, por decisão de assembléia geral, que os hospitais e demais serviços de saúde do setor privado, limitem suas atividades ao atendimento nos casos de urgência.

Ou seja, como o setor público não repassa verba, o setor privado diz que não atenderá mais a população. Faz campanha, como o Evangélico, remetendo cartas, que eu creio que foram enviadas para todos os Deputados, pedindo para que em campanha, arrecadem lençóis, toalhas de banho, cobertores, fraldas, roupas e assim por diante.

A nossa posição, não diria minha, particular, mas do Partido dos Trabalhadores, é que se cumprida a Lei Orgânica da Saúde, que estabelece Conselhos Estaduais, municipais, e Conselhos por locais de atendimento à população, sejam em locais públicos ou privados, Conselho esse com acesso às contas, aí é possível se entrar na bandeira de se pedir mais dinheiro para o setor privado ou não. Porque este setor reivindica mais, dinheiro, mas não abre seus livros-conta, a sua prestação de contas, para que seja fiscalizado. E, até hoje, poucos foram os hospitais que fecharam com prejuízo. Se levam prejuízos, porque fazem a falcatrua? Se têm prejuízos, mostrem para a sociedade. Terá aliados na sociedade. Ao contrário dos que têm prejuízos e fazem operação de fimose em mulher e cesariana em homem, conforme o relatório da Previdência Social. E, aqui no Paraná, desvio de verba do setor público, faremos uma pequena história do INAMPS no nosso Estado. O INAMPS desde 87, não presta assistência médica à população, ela é feita de maneira indireta, através da Secretaria Estadual de Saúde, ou através dos Municípios onde foram municipalizados. E desde 87, o próprio INAMPS, tem equipes de auditores e essa equipe de auditores, no período de 91 a 93, enviou 66 processos à polícia federal. O que envolve esses processos são recursos que eram objetivos de convênios, que foram aplicados irregularmente, e são recursos da área de óteses e próteses que o Setor privado desviou, investiu e aplicou irregularmente, ao contrário do que deveria ser como mandam as portarias e Decretos do Setor.

Isto fez com que 66 processos fossem

enviados à polícia federal. Na Procuradoria Geral do INAMPS estão em andamento, hoje, cerca de 500 processos que envolvem várias questões, trabalhistas, ordinárias, Mandados de Segurança, e irregularidade no dinheiro público. Aí nós pegamos, eu tenho aqui em mãos, a cópia de um Fax que foi enviado pelo Sistema Único de Saúde à Secretaria do Estado de Saúde, e esse fax diz que será suspensa o repasse de verbas para a Secretaria Estadual de Saúde, e esse fax diz que será suspenso o repasse de verbas para a Secretaria Estadual de Saúde. Ele é datado do dia 30.09.92. Por que suspendeu o repasse de verbas para a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná? Porque a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná deve hoje para o INAMPS cerca de aliás, total de oito milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e quarenta, cinqüenta e nove UFIR, o que significa cerca de 300 bilhões de cruzeiros que a Secretaria Estadual de Saúde deve ao Governo da União pelo uso indevido de dinheiro.

O fax diz respeito a Auditoria de 30.09.92, em 501/001, parecer do Tribunal de Contas Especiais nº 63/92.

Pois bem, quem usou irregularmente dinheiro do Paraná? Essa é a questão. Não recebe os repasses porque deve, e como não tem dinheiro os hospitais estão abandonados e com uso somente de cinqüenta por cento dos seus leitos aproximadamente, de acordo com o relatório da Secretaria Estadual de Saúde, publicada no Diário Oficial do Estado.

Eu tive a preocupação de ir no setor de Tomadas de Contas Especial do INAMPS, Órgão Público, onde todos os Senhores Deputados têm acesso e lá minuciosamente fazer um levantamento. Espero que hoje eu possa falar, uma vez que hoje eu não estou ameaçado de apanhar do Sr. Izak Tavares, uma vez que me ameaçou outro dia, quando eu fazia uso dessa Tribuna.

A Comissão de Tomada de Contas Especial dotou o INAMPS CZTC/PR nº 1510 de 26.02.92. Ficha de Informações pessoais do responsável, pessoa física, qualificação do responsável, nome Delcino Tavares da Silva, filiação Otávio Francisco da Silva e Maria Tavares da Silva, naturalidade.. entidade que serve o Deputado Federal, endereço, origem do débito, processo nº 33217023065. Relatório de Auditoria referente ao convênio SUDS/0188, despesas em desacordo com os objetivos, ocasionando: emissão de ordens - recebimentos - não quitadas. Exercício de ocorrência 1990, exercício em que foi registrado, 1991. Aqui tem o valor em dinheiro, quando foi feito isso na época: 1 bilhão 329 milhões 759 mil 374 cruzeiros e 57 centavos. Emissão de OR - nº - PRAF 0090/91, emitida em

19 de novembro de 91. Bens penhoráveis, segue relação anexa. Também, no INAMPS, busquei a relação das ordens não quitadas no Estado, que são aquele montante de 8 bilhões a mais. São cerca de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 processos tramitando por uso irregular de verbas na tomada de contas do INAMPS. A matéria diz respeito: Prestação de contas convênio SUDS - Paraná, saldo, 87 primeiro trimestre de 88. Aquisição de veículos sem licitação e fora do objetivo do convênio, como segue: 1 caminhão Volkswagen, 3 Paratis, 85 Gol e caminhonetes, 85 picapes, 100 ambulâncias caravans, total, na época, 158 milhões 607 mil 402 cruzeiros, isso em 1987!

E nós podemos pegar outra prestação de contas, a de 87, que diz respeito a aplicações irregulares de dinheiro na construção de instalações hidráulicas, sanitárias, domiciliares em 22 municípios. Podemos listar uma outra, que é a OR - PRAF nº 076/91, vencida em 8 de dezembro de 91, que são despesas impugnadas em decorrência de ser fora do objetivo do convênio: fornecimento de refeições, passagens, hospedagem, alimentação, diagnóstico consultoria, auxílio... bolsa auxílio estagiário, assinatura de revistas, pagamentos de junta de conciliação e julgamento, gravação de palestras, entrevistas e por aí afora. E nós poderemos ler todas as folhas que aqui estão. Estive no escritório do Tribunal de Contas da União e pedi certidão, que será fornecida em breve, sobre as contas que lá tramitam. Na Polícia Federal - de acordo com o INAMPS, 66 processos foram emitidos. Pela Imprensa, pediram para que eu abrisse mão da minha imunidade parlamentar para ser processado. Creio que quem exerce o mandato de Deputado Estadual, de Deputado Federal e quem foi o ex-Secretário de Saúde e que pesa sobre si, um processo aberto, pelo Dr. Aiex, ele deveria abrir mão da imunidade parlamentar para responder, na Justiça, essas questões. Essas ordens de ressarcimento não pesam só sobre Delcino Tavares, eu diria que, infelizmente, sobre o atual Secretário de Saúde, também. Investiu e colocou irregularmente o uso de verbas. E já está na tomada de contas especiais do INAMPS as contas da atual administração pública. E no ano passado eu alertei que a Secretaria não tinha programa de trabalho, que a Secretaria não tinha competência para planejar e que a verba seria devolvida. Não foi devolvida, foi prorrogada até 31 de dezembro desse ano, dando mais um ano de chance para que o governo invista. Mas outras verbas que aqui vieram, infelizmente, irregularmente foram aplicadas, como é o caso da...

O Sr. Geraldo Cartário - V.Exa. me permite

um aparte?

(Assentimento).

Sr. Deputado, há uma injustiça que V.Exa. está cometendo com o Paraná porque o Paraná não deve, absolutamente nada aos cofres da União, muito menos à corrupção implantada no Ministério da Saúde e no INAMPS.

V.Exa. comete uma injustiça com um paranaense que é o Deputado Federal Delcino Tavares que ocupou a pasta da Secretaria com o maior brilhantismo e foi referendado pelo seu trabalho, pela sua honestidade pelo voto do povo do nosso Estado do Paraná. V.Exa. comete uma injustiça porque V.Exa. esquece que lá em Brasília se governa este país em todos os campos em todos os setores na base do desconhecimento total do que são os estados e o que são os municípios. Eles não se atém a levantar o problema "in loco".

Eu dou o exemplo do Hospital Municipal da Fazenda Rio Grande que na administração anterior recebeu uma dotação para iniciar a construção do hospital. Daí veio um técnico de Brasília, não concordando com o local, fez um relatório dizendo que não existia nada de construção naquele hospital, motivo pelo qual também tem uma sindicância a esse respeito.

O pessoal de Brasília para exprimir precisava que V.Exa. se preocupasse e transmitisse essa sua preocupação à liderança do PT na Câmara Federal para levantar "in loco" porque lá sim, está a corrupção. O Paraná jamais é devedor da União. O que existe é que aqui se aplica os recursos com formas necessitadas. O dinheiro que chegou ao Estado, à Secretaria de Saúde tanto do Delcino Tavares como também do atual Secretário Nisan, digno do maior respeito e V.Exa. o conhece muito bem porque ele era secretário municipal da saúde aqui em Curitiba quando V.Exa. era médico. Houve um probleminha entre V.Exa. e ele e talvez por esse motivo V.Exa. esteja levantando dúvidas com respeito à administração do Secretário Nisan.

Hoje a Secretaria de Saúde do Paraná não tem recursos, absolutamente nada. V.Exa. deve estar pensando nos tempos de antigamente, antes da municipalização aonde a Secretaria de Saúde tinha recursos, tinha verbas para construir postos de saúde, para comprar ambulâncias, para comprar medicamentos. Hoje a Secretaria de saúde é única e exclusivamente uma responsável pela fiscalização da saúde. Não há recursos. Por isso não posso aceitar que V.Exa. levante dúvidas com respeito ao Delcino Tavares e dúvidas ao Secretário Nisan e, principalmente, dizer que o Paraná deve a saúde ao Brasil. Isso é a maior injustiça, é uma barbaridade.

Muito obrigado.

O Sr. Dirceu Manfrinato (Aparte) - Deputado Rosinha, o Paraná é testemunha hoje de dois fatos.

O Dr. Laertes na cadeia em Foz do Iguaçu. O Dr. Delcino Tavares no Congresso Nacional pelo voto popular e pelo reconhecimento dos relevantes serviços prestados na Saúde Pública do nosso Estado.

Eu acho uma injustiça quando V.Exa. acusa o Dr. Delcino na forma que vem acusando. E quero dizer a V.Exa. de que na época que o Dr. Delcino era o Secretário da Saúde nós também estávamos aqui na Assembleia como Deputado. Eu sei, o Paraná sabe e a região em que represento e que representava também no mandato anterior, que é a mesma, sabe os benefícios que obtiveram pelo programa da Secretaria de Saúde, quando tinha a frente o Dr. Delcino.

Bem disse o ilustre Deputado Geraldo Cartário, estas cobranças, V.Exa. teria que utilizar do Partido de V.Exa., que tem assento no Congresso Nacional. E que fosse mais além ainda, o Brasil inteiro vive hoje o drama dos hospitais nos grandes centros, nas capitais de diversos Estados do Brasil, V.Exa. como médico, que prestou um juramento ao receber o seu diploma, sabe que muitas injustiças são cometidas por aqueles que prestaram juramento e o deixa de cumprir, fazendo que com isso corra risco a vida humana. V.Exa. deveria pedir o apoio de sua Bancada em Brasília, para desbaratar as injustiças e até mesmo as corrupções que estão desenfreadas através dos hospitais e dos institutos de Previdência. Agora V.Exa. deveria reconhecer de que na verdade o Dr. Delcino foi uma vítima, de um complô de um Presidente de uma Associação que desejava, que postulava um cargo público, numa tentativa de desmoralizar o Dr. Delcino, mas felizmente a Justiça foi perfeita, agiu com dignidade. Repetindo:- "Aiex na cadeia e Dr. Delcino Deputado Federal".

Muito obrigado.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de V.Exa. e retomo o discurso que vinha fazendo que diz o seguinte: - A atual administração também aplicou irregularmente dinheiro que veio da Previdência, mais precisamente do INAMPS: Diz respeito a algumas ORs como a 07/92, que foi vencida no dia 16/05/92, a qual a administração não pagou, não ressarciu. Também a OR de nº 040/92 vencida em 31/08/92, que eram despesas referentes a prestação de contas, despesas impugnadas, convênio 01/91, termo aditivo nº 07/91, que foi aplicado fora do objeto do convênio, o objeto do convênio era um e foi aplicado dinheiro em vigilância, limpeza, área administrativa, telefone, nos meses 3 e 4/91. Ou seja, estas ir-

regularidades não sou eu quem está acusando, quem acusa é o corpo de auditores de tomada de contas especiais do INAMPS.

O que o nobre Deputado Geraldo Cartário falou a mim devia falar ao INAMPS, o INAMPS que acusou a irregularidade, o que eu fiz, como cidadão e Deputado foi buscar a irregularidade que existe na aplicação, no investimento da renda pública e trazer ao conhecimento da sociedade.

Dr. Aiex abriu um processo contra o Secretário de Saúde de então, Delcino Tavares, cujo advogado é o Dr. Maranhão e o processo está em tramitação, faltando uma peritagem no hospital de Figueira para continuar a tramitação. É lógico se não houve nada o Dr. Delcino poderia abrir mão da imunidade parlamentar. O Aiex esteve recentemente preso por uma injustiça, permaneceu por dois dias, recorreu e temos certeza que será absolvido.

Quanto a Secretaria Estadual de Saúde não tem recursos. E eu iniciei este pronunciamento dizendo que o Paraná não tem recursos que os municípios não têm recursos, e não podem repassar recursos ao Estado porque o Estado está devendo cerca de 8 milhões de Ufirs ao Governo Federal que, no momento que saldar, terá recursos do Governo Federal. E mais, que o ano passado denunciei que 18 bilhões estavam no Banco do Brasil e o Governo do Estado não investia por falta de projeto, planejamento e de programa de trabalho que o atual Secretário não tem. Reafirme que não tem ninguém do PMDB, ou da bancada de sustentação do Governo, é capaz de provar que tenha e traga este programa e apresente; porque não foi apresentado ainda ao Conselho Estadual de Saúde.

O orçamento do nosso Estado só está em cerca de 3%, claro que uma Secretaria não tem dinheiro, se esta Casa não vota um orçamento condizente e a bancada do PT por dois anos consecutivos apresenta projeto de emenda, aumentando as verbas da Secretaria de Saúde. E a bancada governista sistematicamente vota contra as emendas do PT. E aí, é lógico, que não temos dinheiro.

Quais as ações que a Secretaria de Saúde não tem dinheiro? Primeiro, dinheiro que vem e não investe e, quando investe, investe mal. Segundo, não tem orçamento próprio, porque esta Casa não quer que o Governo tenha orçamento próprio, que é quando vamos votar.

O Sr. Geraldo Cartário - V.Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Vamos clarear os fatos, a Secretaria de Saúde não tem recursos advindos de Brasília porque houve a municipalização da Saúde. V.Exa. deve concordar com isto. Curitiba recebe diretamente do INAMPS a fa-

tura que apresenta pelo serviço prestado à sua comunidade. Os demais municípios do Paraná recebem diretamente de Brasília os recursos advindos do trabalho da fatura apresentada. V.Exa. não pode falar aqui que é falta de orçamento, falta de projeto, ou falta de qualquer coisa. Não é verdade! V.Exa. sabe que a municipalização da Saúde existe de fato e de direito. Não há porque jogar a culpa na Secretaria de Saúde, no Sr. Nizan, ou no Delcino Tavares. V.Exa. está cometendo uma injustiça muito grande.

Para concluir meu aparte, cedido muito gentilmente por V.Exa., queria lhe dizer que entre o INAMPS e o Ministério da Saúde não existe entrosamento. Um está roubando mais do que o outro. E o ladrão sempre culpa o outro que roubou no lugar dele. No caso, o Paraná é vítima desta corrupção implantada em Brasília. No caso nosso do Município de Fazenda Rio Grande, nós já recolhemos um bilhão e 500 milhões de cruzeiros ao Ministério da Previdência e não recebemos um centavo sequer. Janeiro, fevereiro, março, abril, maio e não recebemos um centavo de ninguém. No entanto, a Prefeitura da Fazenda, município novo, está com sete médicos, três ambulâncias, atendendo 24 horas. E não vem um centavo de Brasília. Não é por isto que vou culpar o Secretário de Saúde. Ele não tem culpa. A corrupção está em Brasília. Peço a V.Exa. que peça à sua bancada lá em Brasília para fiscalizar, porque chega desta corrupção implantada e de se jogar a culpa no outro. Obrigado pelo aparte.

O SR. DR. ROSINHA - A Bancada do PT em Brasília, felizmente, não tem se negado a fiscalizar em nenhum momento. Tanto é que a CPI do Collor dá o exemplo de como se comporta a bancada do PT. Se o Presidente caiu, foi graças a esta pequena e minúscula bancada que, em momento algum, deu apoio a estas irregularidades.

Segundo, a municipalização se dá se tiver de acordo do Secretário, do Ministério e do Secretário Municipal de Saúde, ou seja, do Prefeito. Mas assim mesmo a municipalização não impede que a Secretaria de Saúde assuma suas tarefas secundárias que ela não tem assumido. Todos os centros regionais de especialização estão às moscas.

Os Prefeitos não sabem onde enviar os pacientes quando necessitam de especialistas. E a Secretaria Estadual de Saúde não faz nada. E a verba que tem aplica irregularmente, como as contas especiais do INAMPS provaram a aplicação irregular e eu trouxe aqui. E a Secretaria não tem dinheiro porque o Secretário não tem programa; porque o Secretário não quer ter programa; porque o Secretário é incompetente e aplica a verba irregularmente. Se o Go-

verno do Estado quiser um bom propósito na área de Saúde, primeiro, afaste o Secretário. Segundo, aumente o orçamento da área!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PL. (Declina).

... Partido Liberal. Declina.

PDT. Declina.

Encerrado o Horário das Lideranças passaremos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, subscrita pelo Sr. Deputado Eurides Moura, devidamente apoiada, constante do expediente. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Esta proposta é recebida pela Mesa e determina que seja publicada em Avulsos no Diário da Assembléia, para conhecimento dos Srs. Deputados, e posteriormente à Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o encerramento da presente sessão, com a consequente dispensa do interstício, para apreciação dos Projetos de Lei n°s 195 e 196/93, que dizem respeito aos reajustes do pessoal do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas. **Aprovado.**

Haverá, logo após o encerramento desta sessão, duas sessões extraordinárias, para que possamos aprovar os projetos.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.

diente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei n° 196/93, constante na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA - Solicito Verificação de Votação.

O SR. RENATO ADUR - Solicito a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo solicitação do Deputado Renato Adur, solicito ao Sr. 1° Secretário, Deputado Lourenço Fregonese, que proceda à Chamada Nominal dos Srs. Deputados para verificação de votação: e ao requerimento do Deputado Antônio Annibelli, de Preferência de Votação.

(É procedida a chamada nominal)

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Retiro o pedido de Verificação de Votação, uma vez que já deu quórum.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Havendo declinado do pedido de quórum o Deputado Dr. Rosinha, e havendo declinado do pedido de Chamada Nominal o Deputado Renato Adur, está **aprovado** o requerimento de Preferência de Votação.

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 196/93, de autoria do Tribunal de Contas Of. n° 1047/93, que dispõe sobre vencimentos do Cargo Isolado de Consultar Técnico e dos cargos efetivos constantes das Leis Estaduais n°s 9.436/90, anexo I, 9.894/92 e 10.146/92, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. Com PARER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 58 de 25.05.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 196/93

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do Ofício n° 1047/93, objetiva o ora mencionado Projeto de Lei, reajustar

os níveis dos vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal, a partir de 1º de maio de 1993.

Analisando quanto ao aspecto legal, regimental e constitucional, nada encontramos que possa obstar o trâmite deste projeto nesta casa de leis.

Deste modo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.05.93.

(aa) PRONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 196/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Tribunal de Contas, através do Ofício nº 1047/93, objetiva reajustar os níveis dos vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a partir de 1º de maio de 1993.

Sobre a matéria houve o pronunciamento FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Institui o Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 073/93

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 073/93, passa a vigorar na seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído o dia 30 de junho como o Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas."

Sala das Sessões, em 25.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: João Iensen, Emilia Belinati, Lourenço Fregonese, Cezar Silvestri.

JUSTIFICATIVA:

Louvável a iniciativa do Sr. Deputado Domingos Carvalho em instituir uma data em

alusão ao resgate de crianças paranaenses desaparecidas.

Entretanto, cabe discordar da data escolhida para tal alusão. Parece-nos de melhor alvitre designar o dia 30 de junho por ser essa data um marco no resgate de crianças desaparecidas do Paraná.

Foi exatamente em 30 de junho de 1988 que voltou ao Brasil a menina Bruna Vasconcellos, depois de dois anos em poder de uma família israelense. Trata-se do caso de maior relevo dentre os resgates de crianças desaparecidas, sendo importante assinalar que foi o único, de caráter internacional, que culminou com a volta da criança desaparecida.

O Projeto retorna às Comissões, com a sua discussão encerrada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/93, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bituruna o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, em função de não estar especificada a razão do uso do terreno, voto contrário do PT.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, a doar ao Município de Prudentópolis, um imóvel, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DR. ROSINHA - Mesma razão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/91, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal "GA-124", que liga os Distritos de Palmerinha, Campina do Simão e Santa Maria do Oeste, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 66/91, de 10.06.91.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 226/91

P A R E C E R:

I - O ilustre parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal "GA-124", que liga os Distritos de Palmeirinha, Campina do Simão e Santa Maria do Oeste.

II - Em sessão desta Comissão, realizada no dia 28 de junho de 1991, esta Relatora solicitou diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes, para que

se manifestasse quanto à viabilidade de se cumprir a pretensão do Autor.

III - Ocorre que hoje, quase dois anos depois, mesmo após diversos Ofícios do Presidente desta Comissão, solicitando a devida resposta daquela Pasta, dela não houve qualquer manifestação, ocorrendo assim descumprimento de norma contida no inciso V do art. 90 da Constituição do Estado do Paraná.

IV - Diante do exposto, da relevância da presente Proposição à população daquela região e ainda por estar a matéria dentro das determinações legais, somos de Parecer FAVORÁVEL nela aprovação.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 226/91

P A R E C E R:

SÚMULA: Propositura de autoria do Deputado Cezar Silvestri intenta autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal "GA-124" no Município de Guarapuava, ligando as localidades existentes naquela unidade municipal, com uma extensão de 70 quilômetros.

Sobre a matéria, no que lhe cabe, já se manifestou pela aprovação do Projeto a Comissão de Constituição e Justiça.

Analisada a matéria nesta Comissão, de acordo com a competência regimental nada foi encontrado que obste a seqüência de sua tramitação regimental até a conclusa deliberação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 093/93, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que autoriza a doação de bem móvel ao Município de Diamante do Sul, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 21, de 24.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 093/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Cezar Silvestri, o presente plano de lei autoriza a doação de bem móvel ao Município de Diamante do Sul, conforme específica.

Sendo esta proposta de caráter autorizatório, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento legal, constitucional ou regimental à tramitação normal deste projeto pelos órgãos da Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável

a aprovação desta proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 093/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cezar Silvestri, tem por finalidade autorizar a doação de bem móvel ao Município de Diamante do Sul, conforme específica.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, não há nada que obste a sua normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 133/93, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que declara de Utilidade Pública a CRECHE DOM GERALDO MICHELETTI PELLANDA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 35, de 20.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 133/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, tem por finalidade a declaração de Utilidade Pública da Creche Dom Geraldo Micheletto Pellanda, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental da matéria, constatamos a inteira atenção da iniciativa, aos ditames da Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita normas para a Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Civis no Paraná.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente plano de lei, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de seguir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

140/93, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES E AGRÍCOLAS DE RIO AZUL, sede e foro no Município de Rio Azul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 36, de 29.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 140/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, tem por finalidade a declaração de Utilidade Pública da Associação dos Fumicultores e Agrícolas de Rio Azul, com sede e foro no Município de Rio Azul.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental da matéria, constatamos a inteira atenção da iniciativa, aos ditames da Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita normas para a Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Civis no Paraná.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente plano de lei, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de seguir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 180/93, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ilustríssimo Sr. LUIZ CARLOS DE ANDRADE LIMA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 46, de 11.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 180/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, objetiva o projeto de lei ora em tela, conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ilustríssimo Sr. Luiz Carlos de Andrade Lima.

Tal iniciativa pretende reconhecer sua nobre conduta, bem como seu extraordinário trabalho em prol das artes do Paraná.

Do ponto de vista legal, regimental e constitucional, esta Comissão nada encontrou que possa obstar sua normal tramita-

ção por esta Casa de Leis.

Por tais fatos, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

Esta Presidência transfere a votação dos requerimentos para logo após, durante as Sessões Extraordinárias.

Sobre a mesa, Requerimento n° 1447, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1446, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.**

Esta Presidência soma-se ao Deputado José Alves nos votos de pesar pelo falecimento do Dr. Oswaldo de Moraes Correia, engenheiro agrônomo, ex-Presidente da COCAMAR, em Maringá, desde 1956.

Realmente, uma das mais expressivas lideranças do setor agropecuário paranaense.

Em votação o requerimento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 196/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 195/93.

Marca, ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 226/91, 093, 133, 140 e 180/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 173, 192 e 193/93.

Levanta-se a sessão.